



RELATÓRIO & CONTAS
2011

PARUPS, S.A.

João da Silva
LP

ÍNDICE

1. Relatório de Gestão

- 1.1 Introdução
- 1.2 Órgãos Sociais
- 1.3 Enquadramento Macroeconómico
- 1.4 Evolução da actividade da sociedade
- 1.5 Análise Financeira da Actividade Individual
 - 1.5.1 Resultados e rendibilidade
 - 1.5.2 Evolução do balanço
- 1.6 Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício
- 1.7 Gestão do capital e proposta de aplicação de resultados

2. Demonstrações Financeiras Individuais

- 2.1. Balanço
- 2.2. Demonstração do rendimento integral
- 2.3. Demonstração dos fluxos de caixa
- 2.4. Demonstração das alterações no capital próprio

3. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

4. Certificações

5. Relatório sobre Bom Governo

1. RELATÓRIO DE GESTÃO


18

1.1 Introdução

A Sociedade PARUPS, S.A. ("PARUPS") foi constituída no ano de 2010, através de escritura pública outorgada em 16 de Setembro de 2010, pelo BPN – Banco Português de Negócios, S.A. ("BPN"), no âmbito da reestruturação financeira desse Banco e no quadro do processo de reprivatização do mesmo.

A PARUPS iniciou a sua actividade, em 2 de Novembro de 2010, tendo por objecto social a prestação de serviços de consultoria, aquisição para a Sociedade de títulos, de créditos ou imóveis e a respectiva gestão de bens pertencentes à Sociedade.

Até 31 de Dezembro de 2011 a Sociedade foi detida integralmente pelo Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), sendo as suas operações e transacções influenciadas pelas decisões do Grupo em que aquele se insere.

No âmbito do processo de reprivatização do BPN, accionista da Sociedade, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho de 2011, a aquisição pelo Estado Português, através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das acções representativas do capital social da PARUPS, operação que se concretizou em Fevereiro de 2012. Com a concretização desta venda, o Estado Português assumiu directamente todos os direitos e obrigações relacionados com a Sociedade.



1.2 Órgãos Sociais

Parups, S.A.

Conselho de Administração¹

Rui Manuel Correia Pedras (Vogal)
Mário Manuel Garcia Faria Gaspar (Vogal)
Jorge António Beja Pessoa (Vogal)

Conselho Fiscal

Maria Rosa Tobias Sá (Presidente)
David António Teixeira de Avelar (Vogal)
Miguel Mendes de Barros (Vogal)

Revisor (Efectivo)

Efectivo

Deloitte & Associados, SROC, S.A., Lda.
Representada por Dr. José António Mendes Garcia Barata, ROC nº 1210

Revisor (Suplente)

Dr. Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro, ROC nº 572

¹ O Dr. José Lourenço Soares exerceu as funções de Presidente do Conselho de Administração da PARUPS até final do mês de Dezembro.



1.3 Enquadramento Macroeconómico

Economia Mundial

O ano de 2011 foi caracterizado por sucessivas revisões em baixa do crescimento económico mundial. Factores como o terramoto do Japão, a crise da dívida soberana europeia com os consequentes cortes nas notações de rating dos países periféricos e as dificuldades de entendimento entre democratas e republicanos na aprovação de um plano de contenção dos gastos públicos que levou à perda da notação de rating de AAA dos EUA efectuada pela agência S&P, afectaram a confiança dos agentes económicos, especialmente nas economias desenvolvidas.

A diferença entre a dinamismo das economias emergentes e das economias desenvolvidas foi gradualmente sendo mais evidente ao longo do ano, assim como a evolução diferenciada das economias americana e europeia e, dentro do espaço da Zona Euro, da clivagem entre o ritmo de crescimento económico da Alemanha e dos restantes países do bloco.

De acordo com os últimos dados do FMI, o crescimento mundial terá sido de 3,8% em 2011, com as economias emergentes a avançar 6,2% e as economias desenvolvidas a crescerem apenas 1,6%.

Nos EUA, a economia terá crescido em 2011 1,8% enquanto que na Zona Euro, o Produto Interno Bruto (PIB) deverá ter crescido 1,6%.

No âmbito da Zona Euro, as variações de evolução económica são significativas: a Alemanha deve ter registado um crescimento do PIB de 3% enquanto que a França (segunda potência da Zona Euro) terá registado um crescimento de 1,6%, a Itália (terceira potência) deverá ter registado um crescimento de 0,4% e a Espanha (quarta potência) deverá ter crescido 0,7%. Os países em maiores dificuldades, deverão ter registado quebras do PIB de 1,6% (Portugal) e de 6,0% (Grécia), enquanto que a Irlanda já deve ter registado um ligeiro crescimento económico (0,6%).

A economia japonesa deve ter evoluído negativamente em 2011 (-0,9%) em consequência dos efeitos do sismo de grau 9 seguido de tsunami e que deu origem ao desastre nuclear de Fukushima.

Os denominados países BRIC deverão ter crescido: Brasil (2,9%), Rússia (4,1%), Índia (7,4%) e China (9,2%).



Rubrica	Previsões económicas		
	2011	2012	2013
Produto Interno Bruto			
Economias desenvolvidas	1,6%	1,2%	1,9%
Economias emergentes	6,2%	5,4%	5,9%
EUA	1,8%	1,8%	2,2%
Zona Euro	1,6%	-0,5%	0,8%
Japão	-0,9%	1,7%	1,6%
China	9,2%	8,2%	8,8%
Rússia	4,1%	3,3%	3,5%
Índia	7,4%	7,0%	7,3%
Brasil	2,9%	3,0%	4,0%
Inflação			
Economias desenvolvidas	2,7%	1,6%	1,3%
Economias emergentes	7,2%	6,2%	5,5%

Fonte: Fundo Monetário Internacional (Outlook Janeiro 2012)

A desaceleração económica verificada em 2011, em especial no segundo semestre do ano, foi a consequência da desconfiança dos agentes económicos e do aumento da aversão ao risco por parte dos investidores. Os mercados de acções, especialmente as bolsas europeias, japonesa e dos mercados emergentes, desvalorizaram-se significativamente. Os spreads de risco da dívida dos países europeus em dificuldades aumentaram, o mesmo sucedendo aos spreads da dívida das empresas, consideradas investment grade (rating igual ou superior a BBB- / Baa3) e consideradas high yield (rating inferior a BBB- / Baa3).

A política monetária foi restritiva na maior parte do ano nas economias emergentes, devido à expectativa de pressões inflacionistas que acabaram por não se verificar, levando alguns bancos centrais a flexibilizar as condições nos mercados monetários: descida dos coeficientes de reservas obrigatórias dos bancos na China e descida da taxa de juro de referência (Selic) no Brasil são alguns exemplos.

Nas economias desenvolvidas, o Banco Central Europeu (BCE) procedeu à subida da Refi Rate de 1% para 1,5% numa primeira fase para depois descer novamente para 1%.

A crise da dívida soberana europeia agravou-se, tendo Portugal solicitado no primeiro semestre um resgate da ordem de 78 mil milhões de euros e a Grécia solicitado um segundo pacote de ajuda, para além de se ter fixado um haircut da dívida em 50%, cuja negociação com os credores privados não foi concluída em 2011, esperando que o seja em Janeiro ou Fevereiro de 2012.

A situação do sector financeiro continuou complicada ao longo do ano. As necessidades de financiamento dos balanços dos bancos nos mercados monetários e de capitais continuaram difíceis. A desconfiança é significativa, pelo que, os bancos com mais excedentes continuam a preferir fazer depósitos junto do Banco Central Europeu. No final de 2011, os depósitos dos bancos no BCE eram superiores a 400 mil milhões de euros, o valor mais alto do ano.

O processo de desalavancagem continuou, a par da constante necessidade de os bancos se recapitalizarem. Até Junho de 2012, os bancos europeus têm de obter um rácio de core Tier I de 9%.

O BCE no mês de Dezembro possibilitou aos bancos financiarem-se por três anos, tendo o primeiro leilão ocorrido no dia 21/12 e foram colocados quase 500 mil milhões de euros. O segundo e último leilão ocorrerá em Fevereiro de 2012.

José Fontes

As estimativas económicas para 2012 apontam para uma desaceleração económica, especialmente na Zona Euro. A nível mundial, o FMI estima que o PIB cresça 3,3%, Os EUA deverão crescer em 2012 cerca de 1,8%, a Zona Euro deverá contrair 0,5%, o Japão deverá evoluir positivamente cerca de 1,7%, as economias avançadas irão crescer 1,2% e as economias emergentes deverão crescer 5,4%.

Os principais desafios para 2012 são a implementação de medidas já decididas com vista à resolução de um processo demorado como é a crise da dívida soberana europeia, o défice público americano e a bolha imobiliária na China. Esperam-se eleições em alguns países, como a França e os EUA.

Os analistas internacionais não consideram qualquer subida das taxas de juro nos EUA em 2012 e relativamente à Zona Euro, as estimativas apontam para uma nova descida da Refi Rate de 1% para 0,75% ou mesmo para 0,50%.

Mercados monetários

Em 2011 a Reserva Federal Americana (FED) manteve a sua taxa de juro de cedência de liquidez ao sistema bancário em 0,25% e, continuou a transmitir aos mercados financeiros várias indicações no sentido da manutenção dos estímulos monetários com que tem enfrentado a crise financeira.

Para contrariar a tendência de retracção da concessão de crédito ao sector privado da economia, o FED continuou com a política de cedência quantitativa de liquidez através de compras de dívida pública, de títulos hipotecários e de obrigações das instituições de crédito imobiliário de origem governamental até Junho de 2011. O balanço financeiro da Reserva Federal Americana continuou a aumentar, atingindo em finais de 2011 mais do triplo, face ao valor anterior à crise financeira.

A Libor do USD a 6 e a 12 meses apesar de terem subido em 2011, permaneceram em níveis reduzidos, terminando o ano nos 0,8085% e 1,12805% respectivamente (0,456% e 0,781% no final de 2010).

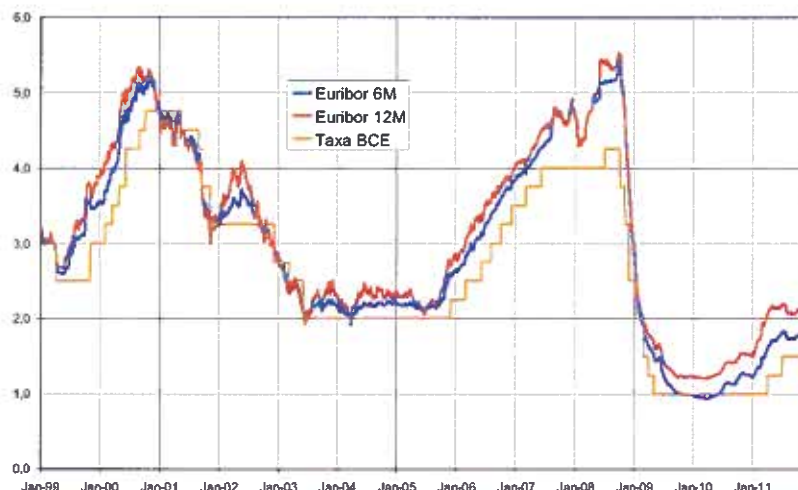
Na Europa, o Banco Central Europeu (BCE) começou por subir a Refi Rate de 1% para 1,25% e para 1,5%, devido a pressões inflacionistas que se sentiram nos primeiros meses de 2011. Os preços das commodities estiveram pressionados no primeiro trimestre do ano.

Após o Verão e com a nomeação de um novo Presidente do BCE, Mario Draghi que sucedeu a Jean Claude Trichet, a política monetária mudou. A Refi Rate desceu no último trimestre de 2011 novamente para 1% e o BCE estendeu as linhas de liquidez aos bancos por prazos até três anos.

As taxas de juro Euribor subiram, especialmente no primeiro semestre do ano. A Euribor a 12 meses passou de 1,507% em Dezembro de 2010 para 1,947% em Dezembro de 2011, enquanto a Euribor a 6 meses fechou o ano em 1,617% (1,227% em Dezembro de 2010).

O BCE acelerou a expansão do seu balanço aceitando como colateral activos de menor qualidade como contrapartida das suas cedências de liquidez e alargou os prazos dos fundos concedidos, nas operações de refinanciamento dos bancos, os quais chegaram aos três anos.

Intensificou nos períodos mais críticos, em especial no segundo semestre de 2011, a compra de obrigações de dívida pública em mercado secundário de Itália, Espanha e Portugal. As compras ascenderam no final de 2011 e desde o início do processo em 2010, a mais de 200 mil milhões de euros.



Mercados de capitais

A evolução das bolsas mundiais foi genericamente negativa, como o espelha o índice MSCI World que apresentou uma performance negativa de 5,5%. O mercado americano de ações medido pelo índice S&P 500 apresentou uma variação nula em 2011, enquanto que as bolsas europeias caíram 11,3% (medidas pelo índice Stoxx 600). A bolsa japonesa medida pelo índice Topix caiu em 2011 18,9%. O índice da bolsa de Hong Kong caiu 20%, o índice MSCI Far East (Ásia sem o Japão) caiu 16,8%, tendo o índice MSCI Emerging Markets regredido 18,4%.

As quedas foram genéricas e espelharam os receios e a aversão ao risco por parte dos investidores.

Nos mercados obrigacionistas, registou-se uma fuga para o refúgio, com as rendibilidades até à maturidade das obrigações americanas e alemãs com dez anos de maturidade a descerem significativamente. Contrariamente, a dívida dos países europeus em dificuldades, registaram uma forte subida do prémio de risco exigido pelos investidores.

No caso português, a rendibilidade até à maturidade das obrigações de dívida pública portuguesa a dez anos subiu de 6,86% no final de 2010 para 12,771% no final de 2011. O spread da dívida pública portuguesa a dez anos face à alemã estava nos 1085 pontos base no final de 2011.

Os credit default swaps (CDS) dos países periféricos da zona euro continuaram a subir significativamente em 2011. O CDS a cinco anos de Portugal passou dos 500 pontos base (pb) no final de 2010 para os 1.117 pb no final de 2011, o de Espanha subiu de 350 pb para 393 pb e o de Itália passou de 243 pb para 502 pb.

Os spreads de risco das obrigações de empresas registaram igualmente uma subida significativa, com os índices iTraxx (espelha o spread médio pago pelos emitentes com rating igual ou superior a BBB-/Baa3) e

Handwritten signature and initials in blue ink.

Crossover (espelha o spread médio pago pelos emitentes com rating inferior a BBB-/Baa3) a fecharem o ano nos 175 pb (105 pb no final de 2010) e nos 760 pb (438 pb no final de 2010) respectivamente.

A Economia Portuguesa

De acordo com as últimas projecções do Banco de Portugal, o Produto Interno Bruto (PIB) da economia portuguesa decresceu 1,6% em 2011, devendo decrescer 3,1% em 2012 e crescer muito ligeiramente em 2012 (0,3%).

É preocupante a continuada queda da formação bruta de capital fixo. Depois das quedas registadas em 2009 (11,7%) e em 2010 (4,8%), este indicador voltou a cair 11,2% em 2011 e a previsão para 2012 é a de uma nova queda de 12,8%; isto é, cerca de 40% de quebra em quatro anos.

A evolução do consumo privado também é preocupante, sendo reflexo do ajustamento económico, com efeitos negativos no aumento do desemprego.

Para 2012, o Banco de Portugal prevê uma contracção do consumo privado de 6% e da procura interna de 6,5%.

Os únicos indicadores com uma evolução prevista positiva em 2012 são as exportações que devem aumentar 4,1% e a redução dos défices das balanças corrente e de capital e de bens e serviços, sendo que neste último caso, o Banco de Portugal prevê um excedente em 2012.

Rubrica	Previsões económicas		
	2011	2012	2013
Produto Interno Bruto	-1,6%	-3,1%	0,3%
Consumo Privado	-3,6%	-6,0%	-1,8%
Consumo Público	-3,2%	-2,9%	-1,4%
Formação Bruta de Capital Fixo	-11,2%	-12,8%	-1,8%
Procura Interna	-5,2%	-6,5%	-1,5%
Exportações	7,3%	4,1%	5,8%
Importações	-4,3%	-6,3%	0,7%
Balança Corrente e de Capital (% do PIB)	-6,8%	-1,6%	0,8%
Balança de Bens e Serviços (% do PIB)	-3,7%	0,3%	2,4%
Índice harmonizado de preços no consumidor	3,6%	3,2%	1,0%

Fonte: Banco de Portugal (BE Inverno 2011)

A economia portuguesa vai continuar a sofrer um processo de ajustamento e de modelo de configuração, isto é, as empresas têm de direccionar gradualmente a sua produção para o mercado interno com vista à substituição de importações e para o mercado externo para compensar o ajustamento económico actual. Os mercados das exportações devem passar cada vez mais pelas economias com melhores perspectivas de crescimento económico.

Inflação e Desemprego

Em 2011, a inflação subiu para 3,6%, prevendo-se que possa descer para 3,2% em 2012.



A subida dos preços das commodities, teve um impacto nos preços dos combustíveis e dos produtos alimentares, bem como a subida do IVA para 23% no início do ano.

A taxa média de desemprego continuou a sua trajectória ascendente, passando de 10,9% no final de 2010 para 13,2% no final de 2011.

Os analistas em geral esperam a continuação do aumento do desemprego em 2012 para cerca de 14% a 14,5%, consoante as estimativas, o que reflecte o ajustamento económico que o País vive.

Finanças públicas

Em Abril de 2011, o País solicitou ajuda financeira à Comissão Europeia e ao Fundo Monetário Internacional.

Com o acordo de assistência financeira, ficaram estabelecidas metas para o défice público em valor absoluto e em percentagem face ao PIB e o governo ficou obrigado a um vasto plano de reformas estruturais, de forma a melhorar a produtividade e o crescimento económico a médio prazo.

O défice público em percentagem face ao PIB definido para 2011 era de 5,9%, devendo ter ficado cerca dos 4%, devido a uma medida extraordinária que foi a passagem dos fundos de pensões da banca para a segurança social.

Para 2012, o objectivo do défice público é de 4,5%, mas não são permitidas medidas extraordinárias.

Sistema bancário

Na sequência de várias descidas da notação de risco do País, o prémio exigido pelos investidores à dívida soberana aumentou cerca de 600 pontos na maturidade de dez anos, o mesmo sucedendo nas restantes maturidades de dívida de m/l prazo.

O acesso ao mercado para colocação de dívida de m/l prazo deixou de existir para o País, para as instituições financeiras e para as empresas nacionais em geral. A nível de dívida pública, o Estado emitiu apenas bilhetes do tesouro a 3 e a 6 meses ao longo de 2011.

Além das dificuldades financeiras, o Banco de Portugal estabeleceu novas metas de solvabilidade para os bancos, nomeadamente, um rácio de Core Tier I de 9% no final de 2011 e de 10% no final de 2012. Os bancos desenvolveram um processo de desalavancagem de activos e de reforço dos capitais próprios.

O programa de assistência financeira ao País no valor de 78 mil milhões de euros, estabelece uma parcela de 12 mil milhões de euros para reforço dos capitais próprios dos bancos nacionais, caso estes venham a necessitar.

A qualidade da carteira de crédito dos bancos portugueses continuou a deteriorar-se em 2011, com o crédito vencido a subir em valor absoluto e em percentagem da carteira de crédito.

A recessão económica que afectou as empresas e a taxa de desemprego que se agravou em 2011 cerca de 2,5% face ao valor já elevado registado em 2010, foram os factores responsáveis pelo aumento do crédito mal parado.

Os bancos nacionais continuaram ao longo de 2011 a recorrer ao financiamento junto do BCE, beneficiando em Dezembro de 2011 do leilão de financiamento a três anos efectuado por este.

Contas externas

Em 2011, o Banco de Portugal apontou para uma redução do défice da Balança Corrente e de Capital para 6,8% do PIB (8,7% em 2010). Esta redução foi em grande parte explicada pela evolução da Balança de Bens e Serviços, cujo défice passou de 6,5% em 2010 para previsivelmente 3,7% em 2011.

A evolução da Balança Corrente e de Capital que tem como contrapartida as necessidades de financiamento externo da economia, ganhou nos últimos dois anos uma importância acrescida na análise do risco da dívida soberana dos países periféricos.

Para 2012, o Banco de Portugal estima que o défice da Balança Corrente e de Capital continue a descer para 1,6% do PIB e para 2013, já se espera um saldo positivo de 0,8%, o que a verificar-se, demonstra bem o ajustamento da economia portuguesa.


LP

1.4 Evolução da actividade da sociedade

A sociedade PARUPS, S.A. ("PARUPS") foi constituída no ano de 2010, através de escritura pública outorgada em 16 de Setembro de 2010, pelo BPN – Banco Português de Negócios, S.A. ("BPN"), no âmbito da reestruturação financeira desse Banco e no quadro do processo de reprivatização do mesmo.

A PARUPS iniciou a sua actividade, em 2 de Novembro de 2010, tendo por objecto social a prestação de serviços de consultoria, aquisição para a Sociedade de títulos, de créditos ou imóveis e a respectiva gestão de bens pertencentes à Sociedade.

Em Dezembro de 2010, a Sociedade adquiriu ao BPN, ao Banco Efisa, S.A. e à BPN Crédito IFIC, S.A., pelo seu valor nominal, um conjunto de activos que se encontravam nos seus balanços em 30 de Novembro de 2010.

Até 31 de Dezembro de 2011 a Sociedade foi detida integralmente pelo BPN, sendo as suas operações e transacções influenciadas pelas decisões do Grupo em que aquele se insere.

No âmbito do processo de reprivatização do BPN, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho de 2011, a aquisição pelo Estado Português, através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das acções representativas do capital social da PARUPS, operação que se concretizou em Fevereiro de 2012. Com a aprovação deste despacho, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, durante o exercício de 2011, a PARUPS passou a integrar o Sector Institucional das Administrações Públicas.

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signature appears to be 'João Fernandes' and the initials are 'JP'.

1.5 Análise Financeira da Actividade Individual

1.5.1 Resultados e rendibilidade

milhares €

	Dez-10	Dez-11	Variação Valor
Outros proveitos operacionais	-	6.832	6.832
Fornecimentos e serviços externos	(9)	(484)	(475)
Gastos com o pessoal	-	(13)	(13)
Provisões e perdas por imparidade	(15.689)	(362.063)	(346.374)
Outros custos operacionais	(269)	(6.849)	(6.580)
	(15.967)	(362.577)	(346.610)
Proveitos e ganhos financeiros	4	394	390
Custos e perdas financeiras	(476)	(69.776)	(69.300)
	(472)	(69.382)	(68.910)
Resultado do período / exercício	(16.439)	(431.959)	(415.520)

No final do exercício de 2011, o Resultado Líquido cifrou-se num prejuízo de 431,9 milhões de euros, representando um agravamento, face a 2010, de 415,5 milhões de euros.

Para o resultado acumulado no final do exercício contribuíram essencialmente as rubricas de provisões e imparidade e de custos e perdas financeiras.

As Provisões e perdas por imparidade em investimentos financeiros, no montante de 362 milhões de euros, registaram um aumento de 346 milhões de euros face ao montante relevado em 2010. Este resultado é uma consequência da extinção da Carta Conforto do BPN, S.A. e da reavaliação da carteira de títulos e imóveis.

Os custos e perdas financeiras, no total de 69,8 milhões de euros, incluem os juros dos empréstimos bancário e obrigacionista, respectivamente, montantes de 32,1 milhões de euros e de 35,2 milhões de euros.

5.2. Evolução do Balanço

milhares €

	Dezembro 10	Dezembro 11	Variação Valor
Activo			
Activos não correntes:			
Investimentos em associadas e empresas do grupo	18.645	6.016	(12.629)
Outros Investimentos	1.111.040	801.141	(309.899)
Total de activos não correntes	1.129.685	807.157	(322.528)
Activos correntes:			
Existências	73.392	40.247	(33.145)
Contas a receber de accionistas e sócios	958	-	(958)
Adiantamentos a fornecedores	11.915	21	(11.894)
Estado e outros entes públicos	-	126	126
Investimentos detidos para negociação	913	140	(773)
Caixa e equivalentes de caixa	651	987	336
Total de activos correntes	87.829	41.521	(46.308)
Total de Activo	1.217.514	848.678	(368.836)

O Activo Líquido da PARUPS, em 31 de Dezembro de 2011, situou-se em 848,7 milhões de euros, o que significou um decréscimo de 30% face ao final do ano 2010.

Os Activos não Correntes, constituídos por Investimentos em associadas e empresas do grupo e outros investimentos, totalizaram 807,2 milhões de euros, o que se traduziu por uma variação de -322,5 milhões de euros face a Dezembro de 2010, fundamentalmente em resultado do reconhecimento de imparidade no exercício em consequência do termo da carta-conforto prestada pelo BPN, S.A..

Os Activos Correntes cifraram-se em 41,5 milhões de euros, traduzindo uma variação negativa de 46,3 milhões de euros (-52,7%) face ao saldo no final do ano transacto. Esta variação decorre essencialmente do reconhecimento de imparidade na rubrica de Existências, na qual se registam imóveis recebidos em dação, em virtude da cessão da mencionada carta-conforto.

José Augusto
LP

milhares €

	Dez-10	Dez-11	Varição Valor
Passivo			
<u>Passivos não correntes:</u>			
Empréstimos Bancários	505.619	565.703	60.084
Empréstimos Obrigacionistas	728.108	728.061	(47)
	1.233.727	1.293.764	60.037
<u>Passivos correntes:</u>			
Fornecedores	8	46	38
Estado e outros entes públicos	-	1	1
Outros passivos	-	1.466	1.466
	8	1.513	1.505
Total do Passivo	1.233.735	1.295.277	61.542
Capital próprio			
Capital social	50	50	-
Resultados transitados	-	(16.439)	(16.439)
Reservas de reavaliação	168	1.749	1.581
Resultado do período / Exercício	(16.439)	(431.959)	(415.520)
Total Capital próprio	(16.221)	(446.599)	(430.378)
Total do Capital Próprio e do Passivo	1.217.514	848.678	(368.836)

Os Passivos não Correntes, constituídos por empréstimos bancários e obrigacionista, em Dezembro de 2011 saldaram-se em 1.293,8 milhões de euros, mais 4,9% face a Dezembro de 2010.

O Capital Próprio da PARUPS no ano de 2011 sofreu uma diminuição de 430,4 milhões de euros.

6. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

No exercício de 2011, no âmbito do processo de reprivatização do BPN, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho de 2011, a aquisição pelo Estado Português, através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das acções representativas do capital social da Parups, S.A., operação que se concretizou em Fevereiro de 2012. Com a concretização desta venda, o Estado Português assumiu directamente todos os direitos e obrigações relacionados com a Sociedade.

[Handwritten signature]
LP

7. Gestão do capital e proposta de aplicação de resultados

As demonstrações financeiras da Sociedade, em 31 de Dezembro de 2011, apresentam capitais próprios negativos de 446.599 milhares de Euros, situação a que se aplica o artigo 35.º do Código das Sociedade Comerciais, pelo que o Conselho de Administração irá solicitar ao accionista que tome as medidas julgadas convenientes relativamente à perda de mais de metade do capital social da Sociedade.

Nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício, negativo em 431.958.478,22 euros, seja totalmente transferido para Resultados Transitados.

Lisboa, 20 de Abril de 2012

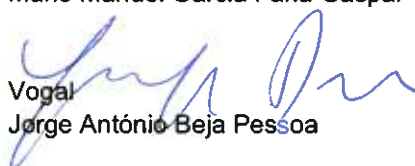
Conselho de Administração



Vogal
Rui Manuel Correia Pedras



Vogal
Mário Manuel Garcia Faria Gaspar



Vogal
Jorge António Beja Pessoa

Anexo I

Para efeitos do n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, durante o exercício de 2011, cada um dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização não possuía qualquer acção ou obrigação das referidas nos números 1 e 2 do mesmo preceito legal.

Anexo II

Para efeitos do n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, durante o exercício de 2011, o BPN – Banco Português de Negócios, S.A. foi o único accionista da PARUPS, S.A., mantendo-se, nesta data, essa situação.

Anexo III

Para efeitos do n.º 4 do artigo 245.º-A do Código de Valores Mobiliários informa-se que:

1. O BPN – Banco Português de Negócios, S.A. é o único accionista da PARUPS, S.A., desde a constituição desta.
2. Não há accionistas titulares de direitos especiais.
3. Não há restrições em matéria de direito de voto, excepto a que se refere à correspondência de um voto a cada grupo de cem acções.
4. Os membros do Conselho de Administração são nomeados e substituídos nos termos legalmente previstos, cabendo à Assembleia Geral indicar o Presidente.
5. O Conselho de Administração tem poderes de gestão da sociedade e os estatutos não lhe atribuem competência para deliberar sobre o aumento do capital social.
6. A alteração dos estatutos e o aumento do capital social são competências da Assembleia Geral, sendo que os estatutos da sociedade estabelecem que (i) as deliberações são tomadas por maioria dos votos emitidos, correspondendo um voto a cada grupo de cem acções, e (ii) as deliberações sobre a alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução da sociedade ou outros assuntos para os quais a lei exija maioria qualificada, sem a especificar, devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos, quer a assembleia reúna em primeira quer em segunda convocação.

Anexo IV

Lista a que refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 8º da Instrução n.º 5/2008 da Comissão do Mercados de Valores Mobiliários:

- BPN – Banco Português de Negócios, S.A., 10.000 acções (100% do capital social), 100% dos direitos de voto.



Anexo V

Artigo 13.º-A do Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado e das Empresas Públicas.

- O Conselho de Administração é composto por 3 administradores, a seguir identificados, não remunerados, todos com funções executivas:

- Rui Manuel Correia Pedras, Vogal do Conselho de Administração;
- Mário Manuel Garcia Faria Gaspar, Vogal do Conselho de Administração;
- Jorge António Beja Pessoa, Vogal do Conselho de Administração.

- As funções exercidas pelos membros do Conselho de Administração, os seus principais elementos curriculares e as funções exercidas pelos mesmos noutras empresas encontram-se indicadas noutra Anexo ao Relatório;

- Durante o exercício de 2011 realizaram-se 44 (quarenta e quatro) reuniões do Conselho de Administração.

Jorge António Beja Pessoa
LP

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS


Leandro Augusto


BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2011		2010		Notas	2011	2010
		Activo bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido			
ACTIVO								
Activos não correntes:								
Investimentos em associadas e empresas do grupo	3	19,085	(13,089)	6,016	18,645	13	565,703	505,619
Outros investimentos	4	1.128.652	(327.511)	801.141	1.111.040	14	728.061	728.108
Total de activos não correntes		1.147.737	(340.580)	807.157	1.129.685		1.293.764	1.233.727
Activos correntes:								
Existências	5	77.346	(37.099)	40.247	73.392		46	8
Contas a receber de acionistas e sócios	6	-	-	-	958	8	1	-
Outras contas a receber	7	21	-	21	11.915	15	1.466	-
Estado e outros entes públicos	8	126	-	126	-		1.513	8
Investimentos detidos para negociação	9	140	-	140	913		1.295.277	1.233.735
Caixa e equivalentes de caixa	10	987	-	987	651			
Total de activos correntes		78.620	(37.099)	41.521	87.829			
Total do activo		1.226.357	(377.679)	848.678	1.217.514		848.678	1.217.514
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO								
Passivos não correntes:								
Empréstimos bancários								
Empréstimos obrigacionistas								
Total de passivos não correntes								
Passivos correntes:								
Fornecedores								
Estado e outros entes públicos								
Outros passivos								
Total de passivos correntes								
Total do Passivo								
Capital próprio:								
Capital social	11						50	50
Reservas de reavaliação	12						1.749	168
Resultados transitados	12						(16.439)	-
Resultado líquido do exercício / período	12						(431.959)	(16.439)
Total do capital próprio							(446.599)	(16.221)
Total do passivo e de capital próprio							848.678	1.217.514

O Anexo faz parte integrante destes balanços

António Manuel Soares Sousa & Gonçalves
João Paulo

PARUPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E PARA O PERÍODO COMPREENDIDO

ENTRE 16 DE SETEMBRO DE 2010 (DATA DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE) E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2011	2010
Outros proveitos operacionais	17	6.832	-
Total de proveitos operacionais		6.832	-
Fornecimentos e serviços externos	18	(484)	(9)
Gastos com o pessoal	19	(13)	-
Provisões e perdas por imparidade	16	(362.063)	(15.689)
Outros custos operacionais	20	(6.849)	(269)
Total de custos operacionais		(369.409)	(15.967)
Resultado operacional		(362.577)	(15.967)
Proveitos e ganhos financeiros		394	4
Custos e perdas financeiros	21	(69.776)	(476)
		(69.382)	(472)
Resultado líquido do exercício / período		(431.959)	(16.439)
Número médio de ações ordinárias emitidas	11	10.000	10.000
Resultado por ação (milhares de Euros)		(43,20)	(1,64)

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Handwritten signature in blue ink, likely of a company representative.

PARUPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE

16 DE SETEMBRO DE 2010 (DATA DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE) E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Reservas de reavaliação	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
Constituição da Sociedade:					
Por entrada de dinheiro	50	-	-	-	50
Rendimento integral do período	-	168	-	(16.439)	(16.271)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	<u>50</u>	<u>168</u>	<u>-</u>	<u>(16.439)</u>	<u>(16.221)</u>
Distribuição do resultado de 2010	-	-	(16.439)	16.439	-
Rendimento integral do exercício	-	1.581	-	(431.959)	(430.378)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	<u>50</u>	<u>1.749</u>	<u>(16.439)</u>	<u>(431.959)</u>	<u>(446.599)</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.



PARUPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE

16 DE SETEMBRO DE 2010 (DATA DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE) E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>ACTIVIDADE OPERACIONAL</u>		
Pagamentos a fornecedores	(1.963)	(2)
Pagamentos ao pessoal	(5)	-
Caixa gerada pelas operações	<u>(1.968)</u>	<u>(2)</u>
Fluxo da actividade operacional	<u>(1.968)</u>	<u>(2)</u>
<u>ACTIVIDADE DE INVESTIMENTO</u>		
(Pagamentos) / recebimentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	2.847	(1.155.043)
Juros obtidos	4.297	-
Existências	2.950	(77.345)
Outros activos	82	-
	<u>10.176</u>	<u>(1.232.388)</u>
Fluxo da actividade de investimento	<u>10.176</u>	<u>(1.232.388)</u>
<u>ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	68.329	505.409
Emissão de dívida titulada e subordinada	-	727.850
Realizações de capital	-	50
	<u>68.329</u>	<u>1.233.309</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(44.236)	-
Outros juros pagos	(31.974)	(1)
	<u>(76.210)</u>	<u>(1)</u>
Fluxos da actividade de financiamento	<u>(7.881)</u>	<u>1.233.308</u>
Variação de caixa e equivalentes de caixa	327	918
Efeito das diferenças de câmbio	9	(267)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / período	651	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício / período	987	651

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

PARUPS. S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE

16 DE SETEMBRO DE 2010 (DATA DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE) E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Resultado individual		
Reservas de reavaliação:		
Reavaliação de outros investimentos	1.602	168
Transferência para resultados por alienação	(21)	-
Resultado não reconhecido na demonstração de resultados	<u>1.581</u>	<u>168</u>
Rendimento integral individual	<u>(430.378)</u>	<u>(16.271)</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.



3. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

P
Leandro Fernandes
LP

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Parups, S.A. (“Sociedade” ou “Parups”) foi constituída através de escritura pública celebrada em 16 de Setembro de 2010, tendo iniciado a sua actividade em 2 de Novembro de 2010. A Sociedade tem por objecto social a prestação de serviços de consultoria, aquisição para a Sociedade de títulos, de créditos ou imóveis e a respectiva gestão de bens pertencentes à Sociedade.

Em Dezembro de 2010, a Sociedade adquiriu ao Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), ao Banco Efisa, S.A. e à BPN Crédito - IFIC, S.A., um conjunto de activos que se encontravam nos seus balanços em 30 de Novembro de 2010, pelo seu valor nominal. No âmbito desta operação, o BPN prestou uma carta-conforto à Sociedade, válida enquanto esta entidade fosse por si detida, garantindo quaisquer danos incorridos por esta, na medida do enriquecimento obtido pelo BPN e pelas suas filiais, na alienação daqueles activos, motivo pelo qual o Conselho de Administração entendeu não registar quaisquer imparidades nas demonstrações financeiras da Sociedade.

No exercício de 2011, no âmbito do processo de reprivatização do BPN, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho, a aquisição pelo Estado Português, através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das acções representativas do capital social da Parups, operação que se concretizou em Fevereiro de 2012. Com a aprovação deste despacho, a Parups passou durante o exercício de 2011, a integrar o Sector Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais. Com esta operação, cessou a carta-conforto prestada pelo BPN, tendo o Conselho de Administração da Sociedade reflectido nas demonstrações financeiras do exercício de 2011, o reconhecimento das imparidades para os activos adquiridos.

As demonstrações financeiras individuais em 31 de Dezembro de 2011 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração admite que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos da Sociedade mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”), tal como adoptadas pela União Europeia. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo Accounting Standards Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adoptadas na União Europeia.

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à actividade individual da Sociedade, os investimentos em associadas e empresas do grupo encontram-se registados ao custo de aquisição. A Sociedade irá preparar, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, para publicação em separado.

2.2. Adopção de novas normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Em 2011 a Sociedade utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efectivas para os períodos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2011, desde que aprovadas pela União Europeia.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011:

- Alterações à IAS 24 – “Divulgações de Partes Relacionadas” e alterações à IFRS 8 – “Segmentos Operacionais” - Esta revisão vem simplificar a definição de “parte relacionada”, eliminando simultaneamente certas incoerências internas e prever isenções para entidades ligadas à administração pública no respeitante à quantidade de informação que essas entidades devem prestar em matéria de transacções com partes relacionadas. As alterações à IFRS 8 decorrem das alterações na IAS 24 atrás referidas.
- Alterações à IFRS 1 – “Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro” - As sociedades que adoptem pela primeira vez as IFRS podem aplicar as disposições transitórias constantes da IFRIC 19.
- Alterações à IFRS 1 – “Adopção Pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro” e à IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Divulgações” - Isenção limitada da obrigação de apresentar divulgações comparativas de acordo com a IFRS 7 para os adoptantes pela primeira vez.
- Melhoramentos de várias normas (IFRS 1, IFRS 3 e IFRS 7, IAS 1, 32, 34, 39 e IFRIC 13) - Melhoramentos introduzidos nas normas internacionais de relato financeiro que visam simplificar e clarificar as normas internacionais de contabilidade.

A aplicação destas Normas e Interpretações não teve impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de Dezembro de 2011.

Na data de aprovação destas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, as Normas e Interpretações relevantes que estão disponíveis para aplicação antecipada são as seguintes:

- IFRS 7 (Alteração) – “Divulgações de instrumentos financeiros” – Esta revisão vem aumentar os requisitos de divulgação relativamente a transacções que envolvam a transferência de activos financeiros. Pretende garantir maior transparência em relação à exposição a riscos quando activos financeiros são transferidos e a entidade que os transfere mantém algum envolvimento (exposição) nos mesmos.

Apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, estas normas não foram adoptadas pela Sociedade no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adopção das mesmas.

2.3. Princípios contabilísticos

Os princípios contabilísticos mais significativos, utilizados na preparação das demonstrações financeiras, foram os seguintes:

a) Especialização de exercícios

A Sociedade regista os proveitos e custos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.



b) Investimentos em associadas e empresas do grupo

Esta rubrica inclui as participações em empresas e em fundos de investimento nas quais a Sociedade exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas actividades, as quais são denominadas "filiais". Normalmente o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

Inclui ainda as participações em empresas e em fundos de investimento em que a Sociedade tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão ("associadas"). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

Estes activos são registados ao custo de aquisição, sendo objecto de análises periódicas de imparidade, de acordo com a Norma IAS 36. Aquando da existência de imparidade, o valor de balanço é ajustado pelo montante correspondente à participação nos capitais próprios das participadas (Nota 3). Nas situações em que o valor do capital próprio das participadas é negativo, a Sociedade regista adicionalmente uma provisão para a sua participação nas perdas dessas entidades na rubrica "Provisões para outros riscos e encargos".

Os eventuais dividendos recebidos são registados em resultados por contrapartida de uma diminuição do valor do investimento financeiro.

2.4. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

Na preparação das demonstrações financeiras individuais, as transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os activos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

2.5. Instrumentos financeiros

a) Investimentos

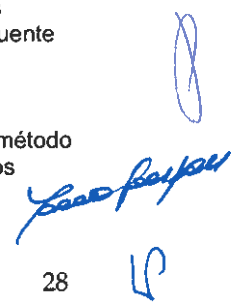
Os investimentos são reconhecidos e valorizados de acordo com os IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo justo valor.

i) Investimentos detidos para negociação

Os investimentos detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável, obrigações e outros títulos transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, bem como derivados. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo) são incluídos na rubrica de investimentos detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Os investimentos e passivos financeiros detidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros inerentes aos investimentos financeiros e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de "Rendimentos e ganhos financeiros".



Os dividendos são reconhecidos quando atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

ii) Outros investimentos

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros:

- Unidades de participação em fundos de investimento;
- Acções;
- Obrigações e outros títulos de rendimento fixo.

Os outros investimentos são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, em "Reservas de reavaliação". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Rendimentos e ganhos financeiros" ou "Provisões e perdas por imparidade", respectivamente.

Para efeitos da determinação dos resultados na venda, os investimentos vendidos são valorizados pelo custo médio ponderado de aquisição.

Os juros de instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efectiva, sendo reconhecidos em "Rendimentos e ganhos financeiros" da demonstração de resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos e ganhos financeiros" quando é estabelecido o direito da Sociedade ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os investimentos registados na categoria de "Investimentos detidos para negociação" e "Activos financeiros disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

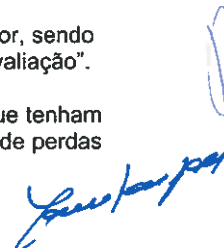
O justo valor de investimentos financeiros é determinado com base em:

- Preços (*bid prices*) difundidos por meios de difusão de informação financeira;
- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos.

b) Imparidade para outros investimentos

Conforme referido na Nota 2.5. a), os outros investimentos são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas em capital próprio, na rubrica "Reservas de reavaliação".

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica "Provisões e perdas por imparidade".



A Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas em "Reservas de reavaliação". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.

2.6. Existências

As existências encontram-se valorizadas ao menor do custo de aquisição ou valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda deduzido dos custos estimados necessários para efectuar a venda.

2.7. Impostos sobre lucros

Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais.

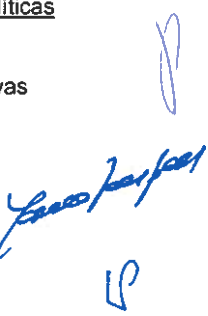
Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

A Sociedade não reconheceu impostos diferidos activos nas demonstrações financeiras individuais, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

2.8. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Sociedade. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade incluem as abaixo apresentadas.



Continuidade de operações

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade em 31 de Dezembro de 2011, apresentam capitais próprios negativos no montante de 446.599 mEuros, o que põe em causa a continuidade das operações e obriga à aplicação das normas constantes do Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. No âmbito do processo de reprivatização do Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), accionista da Sociedade, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho de 2011, a aquisição pelo Estado Português, através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das acções representativas do capital social da Parups, S.A., operação que se concretizou em Fevereiro de 2012. Com a aprovação deste despacho, a Parups passou durante o exercício de 2011, a integrar o Sector Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, tendo o Estado português assumido directamente todos os direitos e obrigações relacionadas com a Sociedade.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, a Sociedade valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizadas técnicas de valorização baseadas nas ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Impostos diferidos não registados

A Sociedade não reconheceu impostos diferidos activos nas demonstrações financeiras individuais, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

3. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPRESAS DO GRUPO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2011	2010
Instrumentos de capital	13.229	12.741
Suprimentos	5.856	5.904
	<u>19.085</u>	<u>18.645</u>
Imparidade (Nota 16)		
. Instrumentos de capital	(9.113)	-
. Suprimentos	(3.956)	-
	<u>(13.069)</u>	<u>-</u>
	<u>6.016</u>	<u>18.645</u>


 31

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Instrumentos de capital” apresenta o seguinte detalhe:

	Participação directa	2011		2010	
		Valor de balanço	Imparidade	Valor liquido	Valor liquido
No país					
Fundo Capital de Risco do Banco Efisa	30,00%	8.850	(6.634)	2.216	8.850
Payup Desenvolvimento de Negócios, S.A.	33,30%	1.500	-	1.500	1.500
PR&A - Investimentos, SGPS, S.A.	26,10%	400	-	400	400
Calzeus - Calçado e Acessórios	89,91%	1.829	(1.829)	-	1.829
Payup Holding B.V.	76,42%	488	(488)	-	-
		<u>13.067</u>	<u>(8.951)</u>	<u>4.116</u>	<u>12.579</u>
No estrangeiro					
Tecneira Moçambique, S.A.	60,00%	162	(162)	-	162
		<u>13.229</u>	<u>(9.113)</u>	<u>4.116</u>	<u>12.741</u>

No exercício de 2011, o Conselho de Administração da Sociedade decidiu iniciar diligências com vista à alienação da participação detida pela Sociedade na Payup Desenvolvimento de Negócios, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2010, a participação na Payup Holding B.V., encontrava-se registada na rubrica “Outras contas a receber”, no âmbito do contrato de promessa de compra celebrado com o Banco Efisa, S.A. para aquisição de diversos títulos (Nota 7).

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Suprimentos” apresenta o seguinte detalhe:

	2011		2010	
	Valor de balanço	Imparidade	Valor liquido	Valor liquido
No país				
Payup Desenvolvimento de Negócios, S.A.	1.900	-	1.900	1.900
Calzeus - Calçado e Acessórios	255	(255)	-	255
	<u>2.155</u>	<u>(255)</u>	<u>1.900</u>	<u>2.155</u>
No estrangeiro				
Tecneira Moçambique, S.A.	3.701	(3.701)	-	3.749
	<u>5.856</u>	<u>(3.956)</u>	<u>1.900</u>	<u>5.904</u>

Os suprimentos concedidos a estas entidades não são remunerados e não têm prazo de reembolso definido.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os dados financeiros obtidos das contas não auditadas destas empresas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, podem ser resumidos da seguinte forma:

Entidade	2011		
	% de participação	Capitais próprios (a)	Resultado líquido
<u>No país</u>			
Fundo Capital de Risco do Banco Efisa	30,00%	7.385	(4.257)
PayUp Desenvolvimento de Negócios, S.A.	33,30%	5.309	(415)
PR&A - Investimentos, SGPS, S.A.	26,10%	1.563	-
Calzeus - Calçado e Acessórios	89,91%	n.d.	n.d.
Payup Holding B.V.	76,42%	498	-
<u>No estrangeiro</u>			
Tecneira Moçambique, S.A.	60,00%	n.d.	n.d.

(a) Os capitais próprios incluem o resultado líquido do exercício
n.d. - não disponível

Entidade	2010		
	% de participação	Capitais próprios (a)	Resultado líquido
<u>No país</u>			
Fundo Capital de Risco do Banco Efisa	30,00%	11.626	(1.670)
PayUp Desenvolvimento de Negócios, S.A.	33,30%	5.805	(361)
PR&A - Investimentos, SGPS, S.A.	26,10%	1.360	(2)
Calzeus - Calçado e Acessórios	89,91%	n.d.	n.d.
<u>No estrangeiro</u>			
Tecneira Moçambique, S.A.	60,00%	n.d.	n.d.

(a) Os capitais próprios incluem o resultado líquido do período compreendido entre 16 de Setembro (data de constituição da Sociedade) e 31 de Dezembro de 2010.
n.d. - não disponível

No exercício de 2010, a Sociedade adquiriu ao Banco Efisa, S.A. um conjunto de participações financeiras e suprimentos concedidos. O preço da compra destes activos correspondeu ao valor de aquisição ou ao valor de balanço em 30 de Novembro de 2010, caso este último fosse superior. No âmbito desta operação, o BPN prestou uma carta conforto à Sociedade, válida enquanto esta entidade fosse por si detida, garantindo quaisquer danos incorridos por esta, na medida do enriquecimento obtido pelo BPN e pelas suas filiais, na alienação destes activos, motivo pelo qual o Conselho de Administração entendeu não registar quaisquer imparidades nas demonstrações financeiras da Sociedade. No exercício de 2011, no âmbito do processo de reprivatização do BPN, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho, a aquisição pelo Estado Português, através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das acções representativas do capital social da Parups, operação que se concretizou em Fevereiro de 2012. Com a aprovação deste despacho, a Parups passou durante o exercício de 2011, a integrar o Sector Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais. Com esta operação, cessou a carta-conforto prestada pelo BPN, tendo o Conselho de Administração da Sociedade reflectido nas demonstrações financeiras do exercício de 2011, o reconhecimento das imparidades para os activos adquiridos.

4. OUTROS INVESTIMENTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
De outros emissores nacionais	38.321	41.482
De outros emissores internacionais	40.237	42.997
	<u>78.558</u>	<u>84.479</u>
<u>Instrumentos de capital</u>		
. Unidades de participação	1.034.320	1.024.019
. Acções	15.455	13.958
	<u>1.049.775</u>	<u>1.037.977</u>
	<u>1.128.333</u>	<u>1.122.456</u>
<u>Suprimentos concedidos</u>	319	319
	<u>1.128.652</u>	<u>1.122.775</u>
<u>Imparidade (Nota 16)</u>		
. Instrumentos de dívida	(53.964)	(1.157)
. Instrumentos de capital		
- Unidades de Participação	(267.451)	(5.655)
- Acções	(6.096)	(4.923)
	<u>(327.511)</u>	<u>(11.735)</u>
	<u>801.141</u>	<u>1.111.040</u>

No exercício de 2010, a Sociedade adquiriu um conjunto de títulos ao BPN e ao Banco Efisa, S.A., tendo sido o preço de aquisição destes activos, o valor de aquisição ou o valor de balanço em 30 de Novembro de 2010, caso este último fosse superior. No âmbito desta operação, o BPN prestou uma carta conforto à Sociedade, válida enquanto esta entidade fosse por si detida, garantindo quaisquer danos incorridos por esta, na medida do enriquecimento obtido pelo BPN e pelas suas filiais, na alienação destes activos, motivo pelo qual o Conselho de Administração entendeu não registar quaisquer imparidades nas demonstrações financeiras da Sociedade. Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica "Imparidade" diz respeito à imparidade registada para títulos decorrente da desvalorização verificada entre a data da compra e 31 de Dezembro de 2010. No exercício de 2011, no âmbito do processo de reprivatização do BPN, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho, a aquisição pelo Estado Português, através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das acções representativas do capital social da Parups, operação que se concretizou em Fevereiro de 2012. Com a aprovação deste despacho, a Parups passou durante o exercício de 2011, a integrar o Sector Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais. Com esta operação, cessou a carta-conforto prestada pelo BPN, tendo o Conselho de Administração da Sociedade reflectido nas demonstrações financeiras do exercício de 2011, o reconhecimento das imparidades para os activos adquiridos.

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica "Instrumentos de capital – Unidades de participação" inclui unidades de participação de cinco fundos de investimento imobiliário geridos por uma entidade do Grupo Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), bem como do Fundo BPN Diversificação – Fundo Especial de Investimento (BPN Diversificação), que investe essencialmente nos fundos acima referidos, cujos valores líquidos contabilísticos ascendem a 557.450 mEuros e 162.289 mEuros, respectivamente.

Luís F. Lopes
LP

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A rubrica "Instrumentos de dívida – De outros emissores nacionais" inclui obrigações emitidas pelo veículo de titularização Chaves SME CLO n.º 1, repartidas em diferentes classes de senioridade, cujo montante ascende, em 31 de Dezembro de 2011, a 31.266 mEuros. A Sociedade dispõe de imparidade para estas obrigações no montante de 25.401 mEuros, registada na rubrica "Imparidade para instrumentos de dívida" e apurada com base nos seguintes preços de compra (*bid prices*) fornecidos por uma entidade externa:

	<u>Bid-price</u>
CHAVES SME CLO N.º 1 - A	76%
CHAVES SME CLO N.º 1 - C	15%
CHAVES SME CLO N.º 1 - E	5%
CHAVES SME CLO N.º 1 - F	0%

Os títulos classificados nesta rubrica encontram-se detalhados no Anexo I.

5. EXISTÊNCIAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Imóvel	2011					
	Valor de aquisição	Imposto Municipal (IMT)	Imposto do Selo	Valor bruto em 31-12-2011	Imparidade (Nota 16)	Valor líquido em 31-12-2011
Estrada Interior da Circunvalação	9.216	599	74	9.889	(8.692)	1.197
Herdade da Bandeira	5.095	255	41	5.391	(3.933)	1.458
Largo Dr. Eugénio De Almeida, N.º1-4	4.950	322	40	5.312	(3.282)	2.030
Rua D. João I	3.966	258	32	4.256	(467)	3.789
Nó do I. P. 3	3.633	267	33	3.933	(1.378)	2.555
Colmeias, Lagoa-Barracão, 2400 Leiria	3.082	200	25	3.307	(1.882)	1.425
Rua da Liberdade	2.658	173	21	2.852	(1.727)	1.125
Zona Industrial da Barreira - Bustos	2.124	132	17	2.273	(1.537)	736
Rua Álvares Cabral	1.817	118	15	1.950	(1.299)	651
Casais do Forno, 2670-746 Lousa, Loures	1.720	112	14	1.846	(1.056)	790
Rua das Buganvílias, N.º 25	1.453	87	12	1.552	(958)	594
Catraia de Asseguins	1.188	76	10	1.274	(335)	939
Av. Dr. Magalhães Lemos Margaride	1.073	70	9	1.152	(634)	518
	41.975	2.669	343	44.987	(27.180)	17.807
Outros imóveis cujo valor contabilístico é inferior a 500 mEuros	30.394	1.715	250	32.359	(9.919)	22.440
	72.369	4.384	593	77.346	(37.099)	40.247

Imóvel	2010					
	Valor de aquisição	Imposto Municipal (IMT)	Imposto do Selo	Valor bruto em 31-12-2010	Imparidade (Nota 16)	Valor líquido em 31-12-2010
Estrada Interior da Circunvalação	9.216	599	74	9.889	(1.673)	8.216
Herdade da Bandeira	5.095	255	41	5.391	(260)	5.131
Largo Dr. Eugénio De Almeida, N.º1-4	4.950	322	40	5.312	(361)	4.951
Rua D. João I	3.966	258	32	4.256	(290)	3.966
Nó do I. P. 3	3.633	267	33	3.933	-	3.933
Colmeias, Lagoa-Barracão, 2400 Leiria	3.082	200	25	3.307	(47)	3.260
Rua da Liberdade	2.658	173	21	2.852	(194)	2.658
Zona Industrial da Barreira - Bustos	2.124	132	17	2.273	(149)	2.124
Rua Álvares Cabral	1.817	118	15	1.950	(609)	1.341
Casais do Forno, 2670-746 Lousa, Loures	1.720	112	14	1.846	(189)	1.657
Rua das Buganvílias, N.º 25	1.453	87	12	1.552	(104)	1.448
Catraia de Asseguins	1.188	76	10	1.274	-	1.274
Av. Dr. Magalhães Lemos Margaride	1.073	70	9	1.152	(78)	1.074
	41.975	2.669	343	44.987	(3.954)	41.033
Outros imóveis cujo valor contabilístico é inferior a 1.000 mEuros	30.394	1.715	250	32.359	-	32.359
	72.369	4.384	593	77.346	(3.954)	73.392

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Dezembro de 2010, a Sociedade adquiriu um conjunto de imóveis ao BPN e ao Banco Efisa, S.A. e à BPN Crédito – IFIC, S.A., tendo o preço de aquisição destes activos correspondido ao valor de balanço em 30 de Novembro de 2010 ou ao valor de avaliação, caso este último fosse superior. No âmbito desta operação, o BPN prestou uma carta conforto à Sociedade, válida enquanto esta entidade fosse por si detida, garantindo quaisquer danos incorridos por esta, na medida do enriquecimento obtido pelo BPN e pelas suas filiais, na alienação destes activos. No exercício de 2011, no âmbito do processo de reprivatização do BPN, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho, a aquisição pelo Estado Português, através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das acções representativas do capital social da Parups, operação que se concretizou em Fevereiro de 2012. Com a aprovação deste despacho, a Parups passou durante o exercício de 2011, a integrar o Sector Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais. Com esta operação, cessou a carta-conforto prestada pelo BPN, tendo o Conselho de Administração da Sociedade reflectido nas demonstrações financeiras do exercício de 2011, o reconhecimento das imparidades para os activos adquiridos.

A rubrica "Imparidade para existências" diz respeito à imparidade registada para imóveis adquiridos pela Sociedade, apurada com base em avaliações de peritos avaliadores (Nota 16).

6. CONTAS A RECEBER DE ACCIONISTAS E SÓCIOS

Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica dizia respeito ao adiantamento pago ao BPN, no âmbito do contrato de promessa de compra celebrado para aquisição dos seguintes títulos:

Título	Quantidade	Preço unitário	Moeda	Valor de aquisição (mEuros)
The Fine Art Fund LP	774.061	1,331	USD	793
The Fine Art Fund II LP	236.011	0,910	USD	165
				<u>958</u>

No exercício de 2011, os títulos acima detalhados foram registados na rubrica "Outros Investimentos".

7. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica inclui adiantamentos pagos ao Banco Efisa, S.A. nos montantes de 11 mEuros e 11.915 mEuros, respectivamente, no âmbito do contrato de promessa de compra celebrado para aquisição dos seguintes títulos:

Título	2011			Valor de aquisição (mEuros)
	Quantidade	Preço unitário	Moeda	
Locageste - Aluguer e Participações, Limitada	1	560.000	MZN	<u>11</u>

Luís Felipe
4

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Título	2010			Valor de aquisição (mEuros)
	Quantidade	Preço unitário	Moeda	
The Infrastructure and Growth Capital Fund, LP	51	119.324	USD	4.653
Disperfum, S.L.	15.403	113	EUR	1.735
Logix Technopark Holdings Limited	400	5.000	USD	1.539
Tob Capital Municipal Portfolio Class B Series 2	2.036	982	USD	1.539
Eden Rock Structured finance Fund Ltd. Class B	7.173	131	USD	725
The Leverage India Fund LLC	74	12.188	USD	698
PayUp Holding B.V. (Nota 3)	9.750	50	EUR	488
Sciens CH SPV Ltd	360	1.000	USD	277
Sciens Global Strategy Fund	315	1.033	USD	250
Locageste - Aluguer e Participações, Limitada	1	560.000	MZN	11
				11.915

No exercício de 2011, os títulos acima referidos, com excepção da participação detida na Locageste – Aluguer e Participações, Limitada, foram registados nas rubricas “Outros investimentos” e “Investimentos em associadas e empresas do grupo”. Adicionalmente, no exercício de 2011, a Sociedade reconheceu a totalidade da perda do título “Disperfum, S.L.” decorrente do processo de insolvência desta entidade (Nota 20).

Em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica inclui também 10 mEuros relativos a adiantamentos a outros fornecedores da Sociedade.

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A Sociedade é tributada individualmente e encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama.

Paragrafo

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Sociedade durante um período de quatro anos (seis anos relativamente aos exercícios em que sejam apurados prejuízos fiscais), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correcções ao lucro tributável, dos exercícios de 2008 a 2011. Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião dos Conselhos de Administração da Sociedade e das suas participadas, não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras.

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2011 eram os seguintes:

<u>Estado e outros entes públicos - activo</u>	
Retenções na fonte	<u>126</u>
<u>Estado e outros entes públicos - passivo</u>	
Imposto sobre o rendimento a pagar	<u>1</u>

De acordo com o “IAS 12 – Impostos sobre lucros”, os impostos diferidos activos devem ser registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

A Sociedade não reconheceu impostos diferidos activos nas demonstrações financeiras individuais, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

Paulo Fajardo
LP

9. INVESTIMENTOS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Título	2011			Valor de balanço em 31-12-2011
	Quantidade	Cotação unitária	Valor de aquisição	
Inapa - Investimentos e Participações, S.A.	1.000.000	0,14	920	140

Título	2010			Valor de balanço em 31-12-2010
	Quantidade	Cotação unitária	Valor de aquisição	
Inapa - Investimentos e Participações, S.A.	1.000.000	0,92	920	913

10. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2011, o saldo desta rubrica respeita a depósitos à ordem no Banco Português de Negócios, S.A. e na Caixa Geral de Depósitos, S.A. nos montantes de 986 mEuros e 1 mEuros, respectivamente, os quais não são remunerados. Em 31 de Dezembro de 2010, o saldo desta rubrica dizia respeito a depósitos à ordem não remunerados junto do Banco Português de Negócios, S.A..

11. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2011, o capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado, estando representado por dez mil acções com o valor nominal de cinco Euros cada uma.

12. RESERVAS DE REAVIAÇÃO, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

As rubricas reserva de reavaliação, resultados transitados e resultado líquido, têm a seguinte composição:

	2011	2010
Reservas de reavaliação		
- Reserva de justo valor	1.749	168
Resultados transitados	(16.439)	-
Resultado líquido do exercício / período	(431.959)	(16.439)
	<u>(446.649)</u>	<u>(16.271)</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Reservas de reavaliação" diz respeito às mais e menos valias potenciais, relativas à carteira de títulos classificados como "Outros investimentos".

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

13. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2011	2010
Financiamento de longo prazo	499.828	499.828
Descoberto bancário	68.329	-
Conta corrente caucionada	-	8.580
	<u>568.157</u>	<u>508.408</u>
Juros a pagar	179	211
Despesas diferidas	(2.633)	(3.000)
	<u>565.703</u>	<u>505.619</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica diz respeito a financiamentos obtidos junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) e do BPN, respectivamente. As principais condições destes financiamentos são as seguintes:

Entidade	Montante em 31.12.2011	Montante em 31.12.2010	Data máxima de pagamento	Remuneração	Taxa de juro nominal em 31.12.2011	Taxa de juro nominal em 31.12.2010	Cláusula de pagamento antecipado
CGD	499.828	499.828	30-12-2020	Euribor 12 meses + 4,75%	6,72%	6,27%	Nas datas de pagamento dos juros e mediante prévia comunicação escrita à CGD com uma antecedência mínima de 15 dias úteis.
BPN	68.329	8.580	n.d.	Euribor 1 mês + 3,75%	4,29%	3,79%	n.d.
	<u>568.157</u>	<u>508.408</u>					

n.d.: não definido

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os empréstimos contraídos junto da CGD pela Sociedade, pela Parparticipadas, SGPS, S.A. e pela Parvalorem, S.A., entidades detidas pelo Estado Português, no montante total de 792.953 mEuros e 795.121 mEuros, respectivamente, encontram-se colateralizados pelas seguintes garantias:

- Penhor das participações sociais detidas pela Parparticipadas, SGPS, S.A. na Real Vida Seguros, S.A., na BPN Crédito - IFIC, S.A. e no BPN (IFI), S.A.;
- Hipoteca sobre os imóveis e penhor dos títulos pertencentes à Sociedade;
- Penhor das operações de crédito pertencentes à Parvalorem, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2011, o descoberto concedido pelo BPN não apresenta prazo de reembolso. Em Janeiro de 2012, a Sociedade liquidou o montante de 33.329 mEuros ao BPN, após a obtenção de um empréstimo junto do Estado Português. O saldo remanescente por liquidar ao BPN, no montante de 35.000 mEuros, foi reestruturado em Março de 2012 num empréstimo mútuo com data de vencimento em 2022.

Os prazos residuais dos financiamentos obtidos têm a seguinte estrutura:

	2011	2010
De três meses a um ano	68.329	8.580
De um ano a 5 anos	174.940	112.461
Mais de cinco anos	324.888	387.367
	<u>568.157</u>	<u>508.408</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Despesas diferidas" diz respeito ao imposto de selo pago referente ao empréstimo obtido junto da CGD, que se encontra a ser diferido até à data de vencimento do mesmo.

14. EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS

Esta rubrica corresponde a um empréstimo obrigacionista, emitido pela Sociedade. Estas obrigações foram integralmente subscritas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., apresentam garantia do Estado Português e encontram-se admitidas a negociação na Euronext Lisbon e apresenta a seguinte composição:

	2011	2010
Obrigações em circulação	727.850	727.850
Juros a pagar	211	258
	<u>728.061</u>	<u>728.108</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as principais condições desta emissão são as seguintes:

Obrigações	Valor nominal unitário	Quantidade	Montante (mEuros)	Data de reembolso	Remuneração	Taxa de Juro nominal a 31-12-2011	Taxa de Juro nominal a 31-12-2012	Cláusula de reembolso antecipado
Parups	50.000	14.557	727.850	30-12-2020	Euribor 12M + 3,25%	5,217%	4,769%	"Call Option", total ou parcial, por redução ao valor nominal das obrigações, a partir da 2ª data de pagamento de juros (inclusive).

15. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Encargos a pagar	
· Comissões a pagar (Nota 23)	1.456
Proveitos diferidos	
· Rendas de imóveis	10
	<u>1.466</u>

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica "Comissões a pagar" diz respeito à comissão da garantia prestada a pagar ao Estado Português pelo empréstimo obrigacionista emitido pela Sociedade.

16. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE

O movimento ocorrido nestas rubricas no exercício de 2011 e no período compreendido entre 16 de Setembro (data de constituição da Sociedade) e 31 de Dezembro de 2010, apresenta o seguinte detalhe:

	2011				Saldo em 31.12.2011
	Saldo em 31.12.2010	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	
Imparidade para existências (Nota 5)	3.954	33.145	-	-	37.099
Imparidade para outros investimentos (Nota 4)	11.735	315.939	(90)	(73)	327.511
Imparidade para investimentos em associadas e empresas do grupo (Nota 3)	-	13.069	-	-	13.069
	<u>15.689</u>	<u>362.153</u>	<u>(90)</u>	<u>(73)</u>	<u>377.679</u>

Yano
18

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2010		
	Saldo inicial	Reforços	Saldo em 31.12.2010
Imparidade para existências (Nota 5)	-	3.954	3.954
Imparidade para outros investimentos (Nota 4)	-	11.735	11.735
	-	15.689	15.689

No exercício de 2011, no âmbito do processo de reprivatização do BPN, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho, a aquisição pelo Estado Português, através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das acções representativas do capital social da Parups, operação que se concretizou em Fevereiro de 2012. Com a aprovação deste despacho, a Parups passou durante o exercício de 2011, a integrar o Sector Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais. Com esta operação, cessou a carta-conforto prestada pelo BPN, tendo o Conselho de Administração da Sociedade reflectido nas demonstrações financeiras do exercício de 2011, o reconhecimento das imparidades para os activos adquiridos.

A rubrica “Imparidade para existências” diz respeito à imparidade registada para imóveis adquiridos pela Sociedade, com base em avaliações mais recentes (Nota 5).

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Imparidade para outros investimentos” inclui 4.899 mEuros referente à imparidade registada para a Lusivies – SGPS, S.A.. Esta imparidade foi apurada com base numa proposta de compra recebida pela Sociedade efectuada por uma entidade terceira (Nota 4).

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Imparidade para outros investimentos” diz respeito à imparidade registada para títulos decorrente da desvalorização verificada entre a data da compra e 31 de Dezembro de 2010 (Nota 4).

17. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

No exercício de 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

Ganhos cambiais	3.479
Juros recebidos de instrumentos de dívida	1.872
Ganhos em alienações de títulos	1.331
Rendas de imóveis	143
Outros rendimentos e ganhos	7
	<u>6.832</u>

18. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Trabalhos especializados		
Inspeções e avaliações	41	-
Advogados	12	-
Auditores	39	-
Outros	55	9
Serviços diversos	172	-
Vigilância e segurança	76	-
Conservação e reparação de imóveis	45	-
Honorários	40	-
Outros	4	-
	<u>484</u>	<u>9</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A rubrica "Trabalhos especializados – Auditores" inclui o montante de 39 mEuros relativos aos honorários totais facturados pelo Revisor Oficial de Contas durante o exercício de 2011, respeitantes integralmente à revisão legal das contas, divulgado para efeitos do cumprimento da alteração introduzida pelo Decreto-Lei nº 185/2009, de 12 de Agosto, ao Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais.

19. GASTOS COM O PESSOAL

No exercício de 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

Remunerações dos órgãos sociais	12
Encargos sobre remunerações	1
	<u>13</u>

A partir de Maio de 2011, a Sociedade passou a suportar custos com pessoal, respeitante integralmente com os membros do Conselho Fiscal.

20. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Perdas cambiais	3.348	269
Impostos indirectos	1.462	-
Perdas em alienações de títulos	304	-
Outros gastos e perdas	1.735	-
	<u>6.849</u>	<u>269</u>

No exercício de 2011, o saldo da rubrica "Outros gastos e perdas" diz respeito à perda incorrida com a insolvência da entidade Disperfum, S.L., entidade adquirida no âmbito do contrato de promessa de compra celebrado com o Banco Efisa, S.A. (Nota 7).

21. CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
<u>Juros e encargos similares</u>		
Empréstimos bancários	33.856	211
Empréstimos obrigacionistas	35.147	258
	<u>69.003</u>	<u>469</u>
<u>Perdas em investimentos detidos para negociação</u>		
Instrumentos de capital	773	7
	<u>69.776</u>	<u>476</u>

No exercício de 2011, a rubrica "Juros e encargos similares – Empréstimos obrigacionistas" inclui o montante de 1.456 mEuros relativo à comissão de garantia devida ao Estado Português pela emissão do empréstimo obrigacionista pela Sociedade (Nota 23).

22. RELATO POR SEGMENTOS

A distribuição dos principais activos, passivos e rubricas de resultados por linha de negócio e mercados geográficos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é a seguinte:

Linhas de negócio

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a actividade da Sociedade corresponde integralmente à gestão de investimentos financeiros e de imóveis.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)**Mercados Geográficos**

	2011						
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	América Latina	África	Ásia	Total
Investimentos em associadas, empresas do grupo e outros Investimentos	759.993	37.241	6.932	(893)	3.421	463	807.157
Investimentos detidos para negociação	140	-	-	-	-	-	140
Caixa e equivalentes de caixa	987	-	-	-	-	-	987
Outros	40.394	-	-	-	-	-	40.394
Activo líquido total	801.514	37.241	6.932	(893)	3.421	463	848.678
Empréstimos bancários	565.703	-	-	-	-	-	565.703
Empréstimos obrigacionistas	728.061	-	-	-	-	-	728.061
Outros	1.513	-	-	-	-	-	1.513
Passivo Total	1.295.277	-	-	-	-	-	1.295.277

	2011						
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	América Latina	África	Ásia	Total
Fornecimentos e serviços externos	(484)	-	-	-	-	-	(484)
Provisões e perdas por imparidade	(305.385)	(44.506)	(4.941)	(2.953)	(3.866)	(412)	(362.063)
Custos com pessoal	(13)	-	-	-	-	-	(13)
Outros custos operacionais	(6.849)	-	-	-	-	-	(6.849)
(312.731)	(44.506)	(4.941)	(2.953)	(3.866)	(412)	(369.409)	
Proveitos e ganhos financeiros	394	-	-	-	-	-	394
Custos e perdas financeiras	(69.776)	-	-	-	-	-	(69.776)
Outros proveitos operacionais	6.832	-	-	-	-	-	6.832
(375.281)	(44.506)	(4.941)	(2.953)	(3.866)	(412)	(431.959)	

	2010						
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	América Latina	África	Ásia	Total
Investimentos em filiais, associadas, empresas do grupo e outros Investimentos	1.031.772	75.008	10.087	1.962	9.757	1.099	1.129.685
Investimentos detidos para negociação	913	-	-	-	-	-	913
Caixa e equivalentes de caixa	651	-	-	-	-	-	651
Outros	86.265	-	-	-	-	-	86.265
Activo líquido total	1.119.601	75.008	10.087	1.962	9.757	1.099	1.217.514
Empréstimos bancários	505.619	-	-	-	-	-	505.619
Empréstimos obrigacionistas	728.108	-	-	-	-	-	728.108
Outros	8	-	-	-	-	-	8
Passivo Total	1.233.735	-	-	-	-	-	1.233.735

	2010			
	Portugal	Resto da União Europeia	Ásia	Total
Fornecimentos e serviços externos	(9)	-	-	(9)
Provisões e perdas por imparidade	(15.294)	(371)	(24)	(15.689)
Outros custos operacionais	(269)	-	-	(269)
(15.572)	(371)	(24)	(15.967)	
Rendimentos e ganhos financeiros	4	-	-	4
Gastos e perdas financeiras	(476)	-	-	(476)
(16.044)	(371)	(24)	(16.439)	

23. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, são consideradas entidades relacionadas da Sociedade, a Direcção Geral do Tesouro e Finanças, as outras entidades pertencentes ao Estado Português, o Banco Português de Negócios, S.A., as entidades pertencentes ao Grupo BPN e os órgãos de gestão da Sociedade.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as demonstrações financeiras individuais da Sociedade incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas:

	2011		
	Direcção Geral do Tesouro e Finanças	CGD	BPN
<u>Activo:</u>			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	-	1	986
<u>Passivo:</u>			
Empréstimos bancários (Nota 13)	-	497.374	68.329
Empréstimos obrigacionistas (Nota 14)	-	728.061	-
Outros passivos (Nota 15)	1.456	-	-
<u>Rendimentos:</u>			
Proveitos e ganhos financeiros	-	-	3
<u>Gastos:</u>			
Custos e perdas financeiros (Nota 21)	1.456	67.323	224
Outros gastos	-	73	47
	<u>2.912</u>	<u>1.292.832</u>	<u>69.589</u>
<u>Activo:</u>			
Contas a receber de accionistas e sócios (Nota 6)	-	-	958
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	-	-	651
<u>Passivo:</u>			
Empréstimos bancários (Nota 13)	496.828	8.580	-
Empréstimos obrigacionistas (Nota 14)	728.108	-	-
<u>Rendimentos:</u>			
Proveitos e ganhos financeiros	-	-	4
<u>Gastos:</u>			
Custos e perdas financeiros (Nota 21)	469	-	-
	<u>1.225.405</u>	<u>10.193</u>	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)24. GESTÃO DE CAPITAL

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade em 31 de Dezembro de 2011, apresentam capitais próprios negativos no montante de 446.599 mEuros, o que põe em causa a continuidade das operações e obriga à aplicação das normas constantes do Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. No âmbito do processo de reprivatização do Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), accionista da Sociedade, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho de 2011, a aquisição pelo Estado Português, através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das acções representativas do capital social da Parups, S.A., operação que se concretizou em Fevereiro de 2012. Com a aprovação deste despacho, a Parups passou durante o exercício de 2011, a integrar o Sector Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, tendo o Estado português assumido directamente todos os direitos e obrigações relacionadas com a Sociedade.

25. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROSPolíticas de gestão do risco**Risco de Taxa de Juro**

O risco de taxa de juro pode ser definido como o impacto nos resultados e nos capitais próprios de uma variação adversa das taxas de juro de mercado. Incorre-se na assunção de risco de taxa de juro sempre que, no desenvolvimento da actividade, se contratam operações com fluxos financeiros futuros sensíveis a eventuais variações da taxa de juro.

O desenvolvimento do valor nominal dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, em função da sua maturidade ou data de refixação em 2011 e 2010, é apresentado no quadro seguinte:

	2011								
	Datas de Refixação / Datas de Maturidade							Indeterminado	Total
	> 7 Dias < = 1 Mês	> 1 Mês < = 3 Meses	> 3 Meses < = 6	> 6 Meses < = 12	> 12 Meses < = 3 Anos	> 3 Anos			
Activo									
Investimentos em associadas, empresas do grupo e outros investimentos	17.565	7.631	7.645	-	3.137	3.566	767.613	807.157	
	17.565	7.631	7.645	-	3.137	3.566	767.613	807.157	
Passivo									
Empréstimos bancários	68.329	-	-	497.374	-	-	-	565.703	
Empréstimos obrigacionistas	-	-	-	728.061	-	-	-	728.061	
	68.329	-	-	1.225.435	-	-	-	1.293.764	
Exposição Líquida	68.329	17.565	7.631	7.645	1.225.435	3.137	3.566	767.613	
	68.329	17.565	7.631	7.645	1.225.435	3.137	3.566	767.613	

	2010							
	Datas de Refixação / Datas de Maturidade						Indeterminado	Total
	> 7 Dias < = 1 Mês	> 1 Mês < = 3	> 3 Meses < = 6	> 6 Meses < = 12	> 12 Meses < = 3 Anos	> 3 Anos		
Activo								
Investimentos em associadas, empresas do grupo e outros investimentos	29.566	34.772	7.723	2.027	1.986	7.248	1.046.363	1.129.685
	29.566	34.772	7.723	2.027	1.986	7.248	1.046.363	1.129.685
Passivo								
Empréstimos bancários	-	-	-	505.619	-	-	-	505.619
Empréstimos obrigacionistas	-	-	-	728.108	-	-	-	728.108
	-	-	-	1.233.727	-	-	-	1.233.727
Exposição Líquida	29.566	34.772	7.723	1.235.754	1.986	7.248	1.046.363	2.363.412
	29.566	34.772	7.723	1.235.754	1.986	7.248	1.046.363	2.363.412

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma instituição não possuir recursos suficientes para financiar os seus activos ou para honrar os seus compromissos sem incorrer em perdas inaceitáveis.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os cash-flows previsionais (não descontados), dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

	2011						Total	
	Prazos Residuais Contratuais							
	Até 1 Mês	De 1 Mês a 1 ano	De 1 Ano a 3 Anos	De 3 Anos a 5 Anos	De 5 Anos a 10 Anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Activo								
Investimentos em associadas, empresas do grupo e outros investimentos	-	2.811	5.426	770	5.612	9.975	782.563	807.157
	-	2.811	5.426	770	5.612	9.975	782.563	807.157
Passivo								
Empréstimos bancários	68.329	-	62.479	112.461	322.434	-	-	565.703
Empréstimos obrigacionistas	-	-	89.526	163.766	474.769	-	-	728.061
	68.329	-	152.005	276.227	797.203	-	-	1.293.764
Diferencial	(68.329)	2.811	(146.579)	(275.457)	(791.591)	9.975	782.563	(486.607)

	2010						Total	
	Prazos Residuais Contratuais							
	Até 1 Mês	De 1 Mês a 1 ano	De 1 Ano a 3 Anos	De 3 Anos a 5 Anos	De 5 Anos a 10 Anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Activo								
Investimentos em associadas, empresas do grupo e outros investimentos	2.300	6.462	15.109	6.163	10.204	43.083	1.046.364	1.129.685
	2.300	6.462	15.109	6.163	10.204	43.083	1.046.364	1.129.685
Passivo								
Empréstimos bancários	-	76	24.991	149.948	330.604	-	-	505.619
Empréstimos obrigacionistas	-	-	36.393	127.374	564.341	-	-	728.108
	-	76	61.384	277.322	894.945	-	-	1.233.727
Diferencial	2.300	6.386	(46.275)	(271.159)	(884.741)	43.083	1.046.364	(104.042)

Risco de crédito

Qualidade do risco de crédito dos instrumentos de dívida

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os títulos de dívida apresentam a seguinte composição de acordo com o rating de referência utilizado pela Sociedade:

	2011				Total
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Outros investimentos:					
AA- até AA+	-	97	-	-	97
A- até A+	3.135	1.656	882	-	5.673
Menor que A-	12.511	2.330	-	-	14.841
Sem Rating	18.921	6.113	-	3.680	28.714
	34.567	10.196	882	3.680	49.325
Emitidos por:					
Instituições financeiras	1.671	4.107	-	3.680	9.458
Outros emitentes	32.896	6.089	882	-	39.867
	34.567	10.196	882	3.680	49.325

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2010				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
<i>Outros investimentos:</i>					
AAA	6.323	-	-	-	6.323
AA- até AA+	-	211	-	-	211
Menor que A-	12.504	7.664	-	2.022	22.190
Sem Rating	21.870	20.056	7.842	4.830	54.598
	<u>40.697</u>	<u>27.931</u>	<u>7.842</u>	<u>6.852</u>	<u>83.322</u>
<i>Emitidos por:</i>					
Instituições financeiras	36.107	14.689	-	-	50.796
Outros emitentes	4.590	13.242	7.842	6.852	32.526
	<u>40.697</u>	<u>27.931</u>	<u>7.842</u>	<u>6.852</u>	<u>83.322</u>

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco da existência de perdas decorrentes da variação adversa de valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de factores de risco, nomeadamente taxa de juro, taxa de câmbio, spreads de crédito, preços de acções e preços de mercadorias.

O risco de mercado é medido diariamente em termos de sensibilidade a variações nos factores de risco, como sejam a taxa de juro (*basis point value*) e as taxas de câmbio.

Risco de Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro de deslocações paralelas na curva das taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 basis points (bp), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2011					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Activo						
Investimentos em associadas, empresas do grupo e outros investimentos	372	186	93	(93)	(186)	(372)
Total activo sensível	<u>372</u>	<u>186</u>	<u>93</u>	<u>(93)</u>	<u>(186)</u>	<u>(372)</u>
Passivo						
Empréstimos bancários	(7.190)	(3.595)	(1.797)	1.797	3.595	7.190
Empréstimos obrigacionistas	(10.484)	(5.242)	(2.621)	2.621	5.242	10.484
Total passivo sensível	<u>(17.674)</u>	<u>(8.837)</u>	<u>(4.418)</u>	<u>4.418</u>	<u>8.837</u>	<u>17.674</u>
Total Ganho / Perda	<u>(17.302)</u>	<u>(8.651)</u>	<u>(4.325)</u>	<u>4.325</u>	<u>8.651</u>	<u>17.302</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2010					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Activo						
Investimentos em associadas, empresas do grupo e outros investimentos	610	305	152	(152)	(305)	(610)
Total activo sensível	610	305	152	(152)	(305)	(610)
Passivo						
Empréstimos bancários	(7.230)	(3.615)	(1.808)	1.808	3.615	7.230
Empréstimos obrigacionistas	(10.529)	(5.264)	(2.632)	2.632	5.264	10.529
Total passivo sensível	(10.529)	(5.264)	(2.632)	2.632	5.264	10.529
Total Ganho / Perda	(9.919)	(4.959)	(2.480)	2.480	4.959	9.919

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada para o exercício de 2011, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bp que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	2011					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Proveitos com Juros	(556)	(278)	(139)	139	278	556
Custos com Juros	7.480	3.740	1.870	(1.870)	(3.740)	(7.480)
Margem Financeira	6.924	3.462	1.731	(1.731)	(3.462)	(6.924)

	2010					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Proveitos com Juros	(1.247)	(624)	(312)	312	624	1.247
Custos com Juros	6.166	3.083	1.542	(1.542)	(3.083)	(6.166)
Margem Financeira	4.919	2.459	1.230	(1.230)	(2.459)	(4.919)

Handwritten signature and initials in blue ink.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)Risco Cambial

O risco cambial representa o risco de perdas devido a variações adversas nas taxas de câmbio.

No exercício de 2011 e 2010 os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2011			Total
	Euros	Dólares-Norte Americanos	Outras Moedas	
<u>Activo</u>				
Investimentos em associadas e empresas do grupo	6.016	-	-	6.016
Outros investimentos	787.722	11.709	1.710	801.141
Existências	40.247	-	-	40.247
Outras contas a receber	21	-	-	21
Estado e outros entes públicos	126	-	-	126
Investimentos detidos para negociação	140	-	-	140
Caixa e equivalentes de caixa	975	12	-	987
	<u>835.247</u>	<u>11.721</u>	<u>1.710</u>	<u>848.678</u>
<u>Passivo</u>				
Empréstimos bancários	565.703	-	-	565.703
Empréstimos obrigacionistas	728.061	-	-	728.061
Fornecedores	46	-	-	46
Estado e outros entes públicos	1	-	-	1
Outros Passivos	1.466	-	-	1.466
	<u>1.295.277</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.295.277</u>
Exposição líquida	<u>(460.030)</u>	<u>11.721</u>	<u>1.710</u>	<u>(446.599)</u>
	2010			Total
	Euros	Dólares-Norte Americanos	Outras Moedas	
<u>Activo</u>				
Investimentos em associadas e empresas do grupo	16.803	126	1.716	18.645
Outros investimentos	1.100.072	10.968	-	1.111.040
Existências	73.392	-	-	73.392
Contas a receber de accionistas e sócios	958	-	-	958
Outras contas a receber	11.915	-	-	11.915
Investimentos detidos para negociação	913	-	-	913
Caixa e equivalentes de caixa	651	-	-	651
	<u>1.204.704</u>	<u>11.094</u>	<u>1.716</u>	<u>1.217.514</u>
<u>Passivo</u>				
Empréstimos bancários	505.619	-	-	505.619
Empréstimos obrigacionistas	728.108	-	-	728.108
Fornecedores	8	-	-	8
	<u>1.233.735</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.233.735</u>
Exposição líquida	<u>(29.031)</u>	<u>11.094</u>	<u>1.716</u>	<u>(16.221)</u>

Handwritten signature and initials in blue ink.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)Justo valor

A comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos registados pelo custo amortizado, em 31 de Dezembro de 2011, é apresentado como se segue:

	Saldos Analisados			Saldos não analisados	
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença	Valor de Balanço	Valor Total de Balanço
Activo					
Caixa e equivalentes de caixa	987	987	-	-	987
Passivo					
Empréstimos bancários	565.703	565.703	-	-	565.703
Empréstimos obrigacionistas	728.061	728.061	-	-	728.061
	<u>1.293.764</u>	<u>1.293.764</u>	-	-	<u>1.293.764</u>

Em 31 de Dezembro de 2011, a Sociedade considera que o valor contabilístico dos principais activos e passivos registados ao custo amortizado é uma aproximação razoável do seu justo valor, nomeadamente:

- **Empréstimos obrigacionistas:** Esta rubrica inclui uma emissão de obrigações pela Sociedade efectuada em 30 de Dezembro de 2010, com garantia da República Portuguesa e totalmente subscrita pela Caixa Geral de Depósitos, S.A.. Tendo em conta a evolução das taxas de mercado, a Sociedade considera que não existem razões para crer que, se a operação fosse finalizada no final de 2011, teria condições diferentes. O valor contabilístico é pois uma aproximação razoável do seu justo valor;
- **Empréstimos bancários:** Esta rubrica inclui um financiamento obtido junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A., com maturidade em 30 de Dezembro de 2020, e financiamentos correntes junto do BPN. No caso destes últimos, as condições fixadas no último trimestre de 2011 para as tranches mais recentes foram idênticas às que vigoravam para a conta corrente aberta em 2010, tendo continuado a ser aplicadas no início de 2012. Por outro lado, dada a evolução das taxas de mercado, a Sociedade considera que não existem razões para crer que, se o financiamento junto da CGD fosse finalizado no final de 2011, teria condições diferentes. Por estas razões, a Sociedade considera que o valor contabilístico corresponde a uma aproximação razoável do seu justo valor.

No exercício de 2011 e 2010, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reflectidos nas demonstrações financeiras, pode ser resumida como se segue:

	2011				
	Custo Histórico	Cotações de Mercado	Técnicas de valorização		Total
			Inputs Observáveis de Mercado	Fontes Externas	
Investimentos detidos para negociação	-	140	-	-	140
Outros investimentos	44.621	1.035.389	34.289	14.353	1.128.652
	<u>44.621</u>	<u>1.035.529</u>	<u>34.289</u>	<u>14.353</u>	<u>1.128.792</u>
	2010				
	Custo Histórico	Cotações de Mercado	Técnicas de valorização		Total
			Inputs Observáveis de Mercado	Fontes Externas	
Investimentos detidos para negociação	-	913	-	-	913
Outros investimentos	63.971	969.791	75.809	13.204	1.122.775
	<u>63.971</u>	<u>970.704</u>	<u>75.809</u>	<u>13.204</u>	<u>1.123.688</u>

INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

(Anexo I)

Natureza e espécie	Cot. Unid.	Quantidade	Valor Nominal	Critério Valorimétrico	Valor de balanço (bruto)	Imparidade	Valor de balanço (líquido)	Reserva de reavaliação
OUTROS INVESTIMENTOS								
Instrumentos de dívida								
De emissores nacionais								
CHAVES SME CLO N.º 1 - A	76%	24.098.000	24.098.000	Custo amortizado	3.142	(7)	3.135	
CHAVES SME CLO N.º 1 - C	15%	15.000.000	15.000.000	Custo amortizado	2.911	(661)	2.250	
Grupo Visabeira FRN Julho 2014	70%	2.500.000	2.500.000	Justo Valor	2.532	(784)	1.748	
Obrigações BPN Perpetuas 2008	101%	1.450.000	1.450.000	Custo Histórico	1.465	-	1.465	
CHAVES SME CLO N.º 1 - E	5%	9.600.000	9.600.000	Custo Histórico	9.600	(9.120)	480	
CHAVES SME CLO N.º 1 - E	101%	300.000	300.000	Custo Histórico	302	-	302	
SLN Rendimento Mais 2004	100%	250.000	250.000	Custo Histórico	251	-	251	
SLN Obrigações Subordinadas 2006	100%	2.300.000	2.300.000	Custo Histórico	2.300	(2.070)	230	
P.C. CNE - 12ª Emissão	100%	142.500	142.500	Custo Histórico	143	-	143	
Obrigações de Caixa Subordinadas 2005	100%	39.000	39.000	Custo Histórico	39	-	39	
Obrigações BPN Rendimento Mais 1ª Emissão	100%	24.000	24.000	Custo Histórico	24	-	24	
Obrigações BPN Rendimento Mais 2ª Emissão	100%	15.613.000	15.613.000	Custo Histórico	15.613	(15.613)	-	
CHAVES SME CLO N.º 1 - F	0%							
					38.321	(28.254)	10.067	
De emissores internacionais								
Citibank International PLC - Séries 2007-253-L	71%	5.000.000	5.000.000	Justo Valor	5.001	(1.436)	3.566	
HSBC Sy Principal Protected Multi-Asses Note	98%	2.000.000	2.000.000	Justo Valor	2.000	(33)	1.967	
Banco Nacional de Angola - Notes 2005 7ª Série	78%	2.200.000	2.200.000	Justo Valor	1.713	-	1.713	
Parkland Finance Corporation Series 3 due 2011	23%	4.700.031	4.700.031	Justo Valor	3.290	(2.192)	1.098	
Phoenix CLO II, LTD - Class 3 Combination Note	52%	1.700.000	1.700.000	Justo Valor	1.316	(434)	882	
Jubilee CDO IX B.V. - Class B	78%	1.000.000	1.000.000	Justo Valor	1.012	(230)	782	
Parkland Finance Corporation Series 12 due 2013	23%	3.008.979	3.008.979	Justo Valor	2.106	(1.404)	703	
Aqualae CLO II PLC - Class Z Combination Notes	43%	1.500.000	1.500.000	Justo Valor	1.516	(873)	643	
Jubilee CDO V B.V. - Class W	43%	1.325.000	1.325.000	Justo Valor	1.332	(765)	567	
Grosvenor Place CLO III B.V. - Class D	41%	1.000.000	1.000.000	Justo Valor	1.008	(600)	408	
Harbourmaster Pro-Rata CLO 2 B.V. - Class B2	31%	1.000.000	1.000.000	Justo Valor	1.012	(700)	312	
Finansbark (Holland) N.V. - Step-Up Floating Rate Callable Sub. Note 2015	75%	400.000	400.000	Justo Valor	300	-	300	
Harbourmaster CLO 6 B.V. - Class B2	30%	1.000.000	1.000.000	Justo Valor	958	(661)	297	
Morgan Stanley Investment Management Mezzano B.V. - Class E	26%	1.000.000	1.000.000	Justo Valor	805	(546)	259	
Parkland Finance Corporation Series 9 due 2013	23%	1.000.000	1.000.000	Justo Valor	700	(466)	234	
Parkland Finance Corporation Series 10 due 2013	23%	1.000.000	1.000.000	Justo Valor	700	(466)	234	
Caixa Penedes - Series A Euro Step-Up Floating rate Non-Cumulative Perpetual Gu.	48%	300.000	300.000	Custo Histórico	180	(37)	144	
Xelo Public Limited Company Series 2006 Piccadilly	11%	1.000.000	1.000.000	Justo Valor	1.001	(890)	111	
BBVA - 6 FTPVME - Series A1	85%	114.400	114.400	Justo Valor	118	(20)	97	10
H.E.A.T Mezzanine S.A. - Class C	15%	500.000	500.000	Justo Valor	505	(428)	76	
Harbourmaster CLO 5 B.V. - Class B2E	9%	800.000	800.000	Justo Valor	585	(514)	70	
Parkland Finance Corporation Series 11 due 2013	23%	256.819	256.819	Justo Valor	172	(112)	60	
Parkland Finance Corporation Series 4 due 2011	23%	22.211	22.211	Justo Valor	13	(8)	5	
Exum Ridge CBO 2006-4 Class D	0%	1.000.000	1.000.000	Justo Valor	773	(773)	-	
Parkland Finance Corporation Series C due 2008	0%	102.642	102.642	Justo Valor	70	(70)	-	
Sedna Finance Corporation - Class 1 Group 1 Series 2	0%	2.000.000	2.000.000	Justo Valor	2.027	(2.027)	-	
DELPHI FIXED 8.25% 15-10-2033	0%	250	250	Justo Valor	-	-	-	
Centaur Corporation Group 2 Series 2	0%	10.140.374	10.140.374	Justo Valor	6.387	(6.387)	-	
Centaur Corporation Group 4 Series 1	0%	1.729.460	1.729.460	Justo Valor	1.079	(1.079)	-	
Zela Finance Corporation - Group 1 Series 5 Tranche 1	0%	658.220	658.220	Justo Valor	296	(296)	-	
Zela Finance Corporation - Group 2 Series 5 Tranche 1	0%	23.773	23.773	Justo Valor	8	(8)	-	
White Pine Corporation Limited Series 2005-1	0%	364.329	364.329	Justo Valor	195	(195)	-	
White Pine Corporation Limited Series 2004-9	0%	964.271	964.271	Justo Valor	515	(515)	-	
Zela Finance Corporation - Grupo 1 Series 1 Tranche 1 Income Notes	0%	2.000.000	2.000.000	Justo Valor	1.546	(1.546)	-	
					40.237	(25.710)	14.527	10
TOTAL INSTRUMENTOS DE DÍVIDA					78.958	(53.984)	24.974	10
Instrumentos de capital - no País								
Fundo de Investimento Imobiliário Aberto BPN Imonegócios	5,91	73.180.854		Justo Valor	501.482	(76.287)	425.195	
BPN Diversificação - Fundo Especial de Investimento	3,30	49.105.683		Justo Valor	260.470	(98.181)	162.289	
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado BPN Imoreal	87,64	1.239.195		Justo Valor	132.372	(23.774)	108.598	
Fnd.Inv.Imob.Fec. BPN ImoGlobal	356,01	50.289		Justo Valor	53.817	(35.914)	17.903	
Fnd.Inv.Imob.Fec. Imosocial	6,77	1.749.276		Justo Valor	11.837	-	11.837	460
Fnd.Inv.Imob.Fec. BPN Imomarias	102,83	48.332		Justo Valor	5.406	(436)	4.970	
Luslaves - SGPS, S.A.	1,95	2.500.000		Custo Histórico	9.768	(4.899)	4.869	
Luso Carbon Fund - Fundo Especial de Investimento Fechado	44.975,14	46		Justo Valor	2.611	(542)	2.069	
New Energy Fund - Fundo Especial de Investimento Fechado	24.236,25	60		Justo Valor	3.000	(1.546)	1.454	
Logix Technopark Holdings Limited	na	na		Custo Histórico	1.541	(150)	1.391	
BPN Ações Global - Fundo de Investimento Aberto de Ações Internacionais	4,51	250.000		Justo Valor	1.518	(391)	1.127	
CELF, SGPS S.A.	1,00	847.900		Custo Histórico	848	-	848	233
Fundo de Investimento Imobiliário BPN Real Estate	345,82	2.264		Justo Valor	1.481	(688)	793	
BPN Gestão de Activos Valorização Patrimonial - Fundo de Capital de Risco	1.841,19	377		Justo Valor	1.998	(1.304)	694	
Famigeste, SGPS,S.A.	1,41	250.000		Custo Histórico	353	-	353	
GreenCyber, S.A.	2,39	67.643		Custo Histórico	162	-	162	
Moçambique Companhia de Seguros. SARL	2,58	14.850		Custo Histórico	41	(3)	38	
					988.706	(244.124)	744.583	683
Instrumentos de capital - no Estrangeiro								
Cip Multi-Strategy Fund	5.782,10	4.211		Justo Valor	46.573	(24.790)	21.783	
The Infrastructure and Growth	110.255,53	51		Justo Valor	5.589	-	5.589	940
Banco de África Ocidental	20,13	83.074		Custo Histórico	1.672	-	1.672	
The Fine Art Fund I	0,92	692.039		Justo Valor	715	(75)	639	
The leverage India Fund LLC	8.623,88	68		Justo Valor	716	(128)	588	77
FCP Outperformance	21.987,33	20		Justo Valor	2.000	(1.560)	440	
Sciens Global Sira Fund-Classe A	741,01	372		Justo Valor	276	-	276	23
Tob Capital Municipal	118,38	2.036		Justo Valor	1.495	(1.254)	241	4
Sciens CH SPV LTD - Classe A	633,89	286		Justo Valor	277	(95)	183	
The Fine Art Fund II	0,71	236.011		Justo Valor	168	(1)	167	
Eden Rock Finance Master Ltd	0,06	723.637		Justo Valor	519	(474)	45	
Mindteck (India) Limited	0,03	801.467		Justo Valor	1.069	(1.045)	25	
					61.069	(29.423)	31.646	1.045
Suprimentos concedidos								
GreenCyber, S.A.				Custo Histórico	275	-	275	
Famigeste, SGPS,S.A.				Custo Histórico	44	-	44	
					319	-	319	
TOTAL INSTRUMENTOS DE CAPITAL					1.050.093	(273.547)	776.546	1.739
TOTAL					1.128.852	(327.511)	801.341	1.749



4. CERTIFICAÇÕES


Handwritten signature and initials in blue ink.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS INDIVIDUAIS

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira individual contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 da Parups, S. A. (Sociedade), as quais compreendem o balanço individual em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 848.678 mEuros e capitais próprios negativos de 446.599 mEuros, incluindo um resultado líquido negativo de 431.959 mEuros), as demonstrações dos resultados individuais, do rendimento integral individual, das alterações no capital próprio individual e dos fluxos de caixa individuais e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade: (i) a preparação de demonstrações financeiras individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira individual da Sociedade, o resultado e o rendimento integral individuais das suas operações, as alterações no seu capital próprio individual e os seus fluxos de caixa individuais; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 5 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras individuais, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas individuais, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

5. Conforme descrito na Nota 4, em 31 de Dezembro de 2011, a carteira de títulos da Sociedade inclui unidades de participação de cinco fundos de investimento imobiliário geridos por uma entidade do Grupo Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), bem como do Fundo BPN Diversificação – Fundo Especial de Investimento (BPN Diversificação), que investe essencialmente nestes fundos, cujos valores líquidos contabilísticos ascendem a 557.450 mEuros e 162.289 mEuros, respectivamente. As demonstrações financeiras dos fundos de investimento imobiliário com referência a 31 de Dezembro de 2011 foram por nós examinadas, e os respectivos Relatórios de Auditoria incluem um conjunto de reservas por limitação de âmbito. Adicionalmente, até à data de conclusão do nosso trabalho, não obtivemos o Relatório de Auditoria do BPN Diversificação. Deste modo, não nos é possível quantificar a eventual redução na valorização destes títulos em 31 de Dezembro de 2011 e o eventual correspondente impacto nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade do exercício findo naquela data, que resultam destas situações.
6. Conforme descrito na Nota 16, no exercício de 2011, a Sociedade reconheceu imparidades, líquidas de reposições e anulações, no montante de 362.063 mEuros para os activos adquiridos em Dezembro de 2010, pelo seu valor nominal, ao BPN, do Banco Efisa, S.A. e da BPN Crédito - IFIC, S.A.. As demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício de 2010 foram por nós examinadas e a respectiva Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria incluía uma reserva por desacordo, embora não quantificada, relacionada com o não registo e actualização de imparidades e provisões para estes activos, pelo que entendemos que parte das mesmas deveriam ter afectado os resultados transitados do início do exercício de 2011. Deste modo, não nos é possível concluir quanto ao montante das imparidades registadas na demonstração de resultados do exercício de 2011 que deveria ter sido registado na rubrica de resultados transitados no seu início.

Opinião

7. Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 5 acima e excepto quanto ao assunto descrito no parágrafo 6 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes para os fins descritos no parágrafo 9 abaixo, a posição financeira da Parups, S. A. em 31 de Dezembro de 2011, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

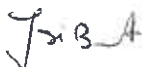
Ênfases

8. Conforme descrito na Nota 24, as demonstrações financeiras individuais da Sociedade em 31 de Dezembro de 2011, apresentam capitais próprios negativos no montante de 446.599 mEuros, o que põe em causa a continuidade das operações e obriga à aplicação das normas constantes do Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. No âmbito do processo de reprivatização do BPN, accionista da Sociedade, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho de 2011, a aquisição pelo Estado Português, através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das acções representativas do capital social da Parups, S.A., operação que se concretizou em Fevereiro de 2012. Com a aprovação deste despacho, a Parups passou durante o exercício de 2011, a integrar o Sector Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, tendo o Estado português assumido directamente todos os direitos e obrigações relacionadas com a Sociedade.
9. As demonstrações financeiras individuais mencionadas no parágrafo 1 acima referem-se à actividade individual da Sociedade, tendo sido elaboradas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à actividade individual da Sociedade, os investimentos em associadas e empresas do grupo encontram-se registados ao custo de aquisição. A Sociedade irá preparar, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, para publicação em separado.
10. Conforme descrito no parágrafo 6 acima, as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 são apresentadas pela Sociedade de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras foram por nós examinadas e a respectiva Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria incluía uma reserva por desacordo relacionada com o não registo e actualização de imparidades e provisões para um conjunto de activos adquiridos, pelo seu valor nominal, que se encontravam registados nos balanços do BPN, do Banco Efisa, S.A. e da BPN Crédito - IFIC, S.A., que não é aplicável às demonstrações financeiras da Sociedade do exercício de 2011.

Relato sobre outros requisitos legais

11. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras individuais do exercício de 2011 e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Sociedade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 30 de Abril de 2012



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por José António Mendes Garcia Barata

Exercício de 2011
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

1. De acordo com o disposto no artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre ao Conselho Fiscal emitir relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório de gestão, as contas e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da Parups, S.A.. (adiante designada por Sociedade ou PARUPS), relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.
2. Os atuais membros do Conselho Fiscal da PARUPS foram eleitos por Deliberação Unânime do Acionista Único datada de 28 de Abril de 2011.
3. Embora o Conselho Fiscal tenha exercido funções só durante 8 meses de 2011, tendo em consideração o modelo de governação adotado na PARUPS, e no âmbito das competências que lhe estão cometidas, procurou conhecer e fiscalizar, diligentemente, os atos de gestão do Conselho de Administração da Sociedade, tendo, entre outras medidas, reunido regularmente com os membros do Conselho de Administração e com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, para além de ter tido acesso à documentação e aos esclarecimentos que entendeu solicitar para compreender o suporte das decisões tomadas.

O Conselho Fiscal realizou, durante 2011, 6 reuniões formais.

O Conselho Fiscal irá, durante o decurso do exercício de 2012, aprofundar o conhecimento sobre a Sociedade e a respetiva atividade, acompanhando, com a periodicidade e extensão consideradas adequadas, tendo em atenção a natureza e amplitude da atividade, o respetivo desenvolvimento.

4. No âmbito das funções previstas no Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal analisou, em articulação técnica com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2011, apresentados pelo Conselho de Administração da PARUPS, e que foram aprovados em reunião realizada em 20 de abril de 2012.
5. Com base nos procedimentos que puderam ser desenvolvidos, o Conselho Fiscal, não tendo conhecimento de qualquer dado relevante que pudesse alterar, com materialidade, o seu parecer, concluiu que o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, e tendo presente a chamada de atenção feita no ponto 8 deste parecer, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Sociedade naquela data.

6. O Conselho Fiscal realça que:

A PARUPS foi constituída em 2010, através de escritura pública outorgada em 16 de Setembro de 2010, pelo BPN - Banco Português de Negócios, S.A. ("BPN"), no âmbito da reestruturação financeira desse Banco e no quadro do processo de reprivatização do mesmo, tendo iniciado a sua atividade em 2 de novembro de 2010. O objeto social da Sociedade consiste na prestação de serviços de consultoria, aquisição, para a Sociedade, de títulos, de créditos ou imóveis e a respetiva gestão de bens pertencentes à Sociedade.

Em dezembro de 2010, a Sociedade adquiriu ao Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), ao Banco Efisa, S.A. e à BPN Crédito – IFIC, S.A., um conjunto de ativos que se encontravam nos balanços destas entidades em 30 de novembro, pelo seu valor nominal. O BPN viria a prestar à Sociedade, no âmbito desta operação, uma carta-conforto, válida enquanto esta entidade fosse por si detida, garantindo quaisquer danos incorridos por esta na alienação daqueles ativos, na medida do enriquecimento do BPN ou das suas filiais, motivo que levou o Conselho de Administração a entender não dever registar imparidades relacionadas com aqueles ativos nas demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício de 2010.

Em 2011, no âmbito do processo de reprivatização do BPN, a Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças aprovou (Despacho 825/11, de 3 de junho) a aquisição pelo Estado Português da totalidade das ações representativas do capital social da PARUPS, operação que veio a concretizar-se em fevereiro de 2012. Por via da aprovação do citado despacho, a Sociedade passou, no exercício de 2011, a integrar o Sistema Institucional das Administrações Públicas, tendo cessado a carta-conforto prestada pelo BPN. Em conformidade, o Conselho de Administração veio a fazer refletir nas demonstrações financeiras do exercício de 2011 o reconhecimento das imparidades para os citados ativos adquiridos em 2010.

7. Em termos das contas da PARUPS relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o Conselho Fiscal destaca os seguintes indicadores:

- (i) O Ativo Líquido ascendeu a 848.678 mEuros, registando um decréscimo de 368.836 mEuros face ao ano anterior, fruto, sobretudo, do peso significativo das Provisões, Imparidades e Amortizações (377.679 mEuros);
- (ii) Os Capitais Próprios, negativos, cifraram-se em 446.599 mEuros, tendo-se degradado 430.378 mEuros face aos do ano anterior, em grande medida como consequência do resultado líquido do exercício, negativo, o qual, entre 2010 e 2011, se agravou 415.52 mEuros;

PARUPS, S.A.

Conselho Fiscal

- (iii) O Resultado Líquido apurado no exercício de 2011 foi de 431.959 mEuros, negativos, resultado este, fortemente influenciado pelo significativo aumento das Provisões e Perdas por Imparidade (362.063 mEuros em 2011, que compara com 15.689 mEuros em 2010), pelo aumento dos Custos e Perdas Financeiras (69.776 mEuros em 2011, face aos 476 mEuros de 2010) e pelo aumento dos Outros Custos Operacionais (6.849 mEuros em 2011 face a 269 mEuros em 2010);
- (iv) As demonstrações financeiras apresentam capitais próprios negativos de 446.599 mEuros, situação a que se aplica o artigo 35.º do Código das Sociedade Comerciais.
8. O Conselho Fiscal apreciou ainda o conteúdo da "Certificação Legal das Contas" emitida pelo Revisor Oficial de Contas sobre as Contas da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as quais compreendem o Balanço, as Demonstrações de Resultados Individuais, do Rendimento Integral Individual e dos Fluxos de Caixa Individuais do exercício findo naquela data.

O Conselho Fiscal chama a especial atenção para as Reservas constantes nos pontos 5 e 6, bem como para as Ênfases apresentadas nos pontos 8, 9 e 10 da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria às Contas Individuais do Revisor Oficial de Contas.

PARECER:

Tudo devidamente ponderado, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove o Relatório de Gestão e Contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados pelo Conselho de Administração da PARUPS;
- b) Pondere sobre a proposta de aplicação do resultado do exercício, que faz parte integrante do Relatório de Gestão;
- c) Proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade e dela retire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 14 de maio de 2012

O CONSELHO FISCAL



Maria Rosa Tobias Sá



David António Teixeira de Avelar



Miguel Mendes de Barros

5. RELATÓRIO SOBRE BOM GOVERNO


Handwritten signature
R

Relatório sobre Bom Governo

1. Missão, Objectivos e Políticas da Empresa

1.1. Missão e Principais Objectivos Estratégicos

A missão e objectivos estratégicos da sociedade são os mesmos desde a sua constituição, tal como foram delineados pelo seu accionista indirecto – o Estado Português –, ou seja: aquisição de activos (constituídos por imóveis, participações sociais, todas minoritárias, e alguns créditos conexos com as mesmas, unidades de participação e outros instrumentos financeiros) ao Grupo BPN, para recapitalização e venda do BPN, centrando-se actualmente a missão e objectivos da sociedade na gestão dos activos adquiridos e na alienação dos mesmos, quando adequado.

Os objectivos referentes ao ano de 2011 foram plenamente cumpridos.

1.2. Princípios Gerais de Actuação

1.2.1. Regulamentos Internos e Externos a que a sociedade está sujeita

A sociedade está sujeita a todas as normas legais relativas às sociedades anónimas, designadamente ao Código das Sociedades Comerciais, e às decorrentes do seu estatuto de empresa pública, de que se destacam o Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado e das Empresas Públicas, constante do Decreto-Lei 558/99, de 17 de Dezembro (com a redacção actualmente em vigor), e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, que aprovou os princípios do bom governo das empresas do sector empresarial do Estado.

De acordo com a decisão do Conselho de Administração, a actividade de gestão e alienação dos activos adquiridos está sujeita, além das normas legais aplicáveis e na parte em que estas não disponham imperativamente, às normas gerais de serviço e manuais de procedimentos em vigor nas entidades transmitentes desses activos, todas Instituições de Crédito, excepto na parte em que as mesmas sejam exclusivas desse tipo de Instituições, caso em que se aplicam normas definidas pelo Conselho de Administração.

As referidas normas são divulgadas aos serviços que prosseguem a gestão e preparação da alienação dos activos.

1.2.2. Cumprimento da Legislação e Regulamentação

Toda a actividade da sociedade é norteada pelo cumprimento das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e de boas práticas, não tendo sido instaurado, em 2011, qualquer processo por infracção das mesmas.

a) Aplicação de Normas de Natureza Fiscal

O cumprimento da legislação e regulamentação em matéria fiscal é assegurado por serviços externos competentes para o efeito.

b) Aplicação de Normas de Prevenção de Branqueamento de Capitais



Embora a sociedade não disponha de uma Política de Prevenção de Branqueamento de Capitais sistematicamente implementada, a actividade da sociedade é norteadada pelo cumprimento rigoroso e escrupuloso da legislação e regulamentação relativa à prevenção de branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo.

c) Normas de Concorrência e de Protecção do Consumidor

Dada a sua missão e objectivos – gerir e alienar, quando adequado, os activos adquiridos ao Grupo BPN – a actividade da sociedade é desenvolvida de acordo com as melhores práticas de relacionamento com todos os interlocutores, não envolvendo metodologias de negociação, ou outras, que possam comprometer a protecção do consumidor ou uma concorrência sã e leal.

d) Aplicação de Normas de Natureza Ambiental

A sociedade está comprometida com a preservação do ambiente, através da adopção de comportamentos ambientalmente adequados.

e) Aplicação de normas de índole laboral

Dada a sua missão e objectivos, bem como a dependência congénita do seu accionista directo (o BPN – Banco Português de Negócios, S.A.), a sociedade não tem qualquer colaborador com vínculo de contrato individual de trabalho.

Não obstante, no relacionamento com os prestadores de serviços privilegia o diálogo esclarecedor e construtivo, não fazendo qualquer discriminação com base no género, etnia ou nacionalidade da pessoa que presta ou executa os serviços.

1.3. Estruturas de Administração e Fiscalização

O modelo de governo da Parups, S.A. consiste na Assembleia Geral, no Conselho de Administração, no Conselho Fiscal e numa Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não é membro do Conselho Fiscal.

Os membros dos órgãos sociais são designados por períodos de três anos, estando actualmente em curso o triénio 2010-2012.

1.3.1. Assembleia Geral

A Assembleia Geral delibera sobre todos os assuntos para os quais a lei e os Estatutos lhe atribuem competência, competindo-lhe, em especial, deliberar sobre as matérias previstas no artigo 13º, número 2 dos Estatutos.

A mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente e um Secretário.

A composição da mesa da Assembleia Geral é a seguinte:

- Presidente: Joaquim Paulo Taveira de Sousa
- Secretário: Armando Fonseca Pinto



1.3.2. Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem as atribuições que lhe são genericamente conferidas por lei e as demais atribuições que lhe estão cometidas pelos Estatutos, competindo-lhe, em especial, o exercício dos poderes referidos no artigo 15º dos Estatutos.

O Conselho de Administração é composto por um mínimo de 3 e um máximo de 11 elementos, sendo um deles designado Presidente.

O Conselho de Administração tem a seguinte composição:

Vogais: Rui Manuel Correia Pedras

Mário Manuel Garcia Faria Gaspar

Jorge António Beja Pessoa

1.3.3. Órgãos de Fiscalização

A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas ou a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as atribuições previstas na lei, competindo-lhe, em especial, o exercício dos poderes referidos no artigo 22º dos Estatutos.

i) Conselho Fiscal

Actualmente e para o mandato em curso, correspondente ao triénio 2010-2012, o Conselho Fiscal é constituído pelos seguintes membros:

Presidente: Maria Rosa Tobias Sá

Vogais: David António Teixeira de Avelar

Miguel Mendes de Barros

ii) Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas é a Deloitte & Associados, SROC, S.A., representada por José António Mendes Garcia Barata, e o Revisor Oficial de Contas suplente é Carlos Luis Oliveira de Melo Loureiro.

1.4. Sistema de Controlo

Dada a dependência congénita da sociedade do seu accionista único (o BPN – Banco Português de Negócios, S.A.), o controlo de riscos dos investimentos da sociedade e dos activos da mesma é assegurado pelas estruturas do accionista, supervisionadas pelo Conselho de Administração da sociedade, de acordo com a determinação dos Conselhos de Administração da sociedade e do referido accionista.



1.5. Prevenção de Conflitos de Interesses

Decorre do ponto 22 da RCM nº 49/2007 que os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas e que no início de cada mandato, e sempre que se justificar, devem declarar ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, bem como relações relevantes que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflitos de interesse.

Os membros do Conselho de Administração da Parups, S.A.:

- Cumprem as disposições legais relativas à comunicação de cargos exercidos em acumulação;
- Respeitam as normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos;
- Respeitam as normas relativas à comunicação de participações e interesses patrimoniais à Inspeção-Geral de Finanças.

Além disso, obedece às regras relativas à declaração de interesses, bem como ao regime de incompatibilidades e impedimentos definido no "Estatuto do Gestor Público" (Decreto-Lei nº 71/2007).

1.6. Remuneração dos órgãos sociais

Em 2011:

- Os membros da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho de Administração não eram remunerados, nem a sociedade lhes atribuiu qualquer regalia;
- A remuneração da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas / Auditor foi de 50.000 euros.

1.7. Divulgação de Informação

1.7.1. Divulgação de Informação Relevante

A sociedade é emitente de obrigações admitidas à negociação em mercado regulamentado – na Euronext Lisbon - e, por conseguinte, nomeou um representante para as relações com o mercado e divulga toda a informação imposta por lei.

1.7.2. Divulgação de Informação sobre o Governo da Sociedade

O presente Relatório sobre o Governo da Sociedade, que constitui um capítulo autónomo do Relatório e Contas de 2011 da sociedade, visa cumprir a recomendação constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março de incluir no Relatório de Gestão um ponto relativo ao governo da sociedade.



1.5. Prevenção de Conflitos de Interesses

Decorre do ponto 22 da RCM nº 49/2007 que os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas e que no início de cada mandato, e sempre que se justificar, devem declarar ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, bem como relações relevantes que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflitos de interesse.

Os membros do Conselho de Administração da Parups, S.A.:

- Cumprem as disposições legais relativas à comunicação de cargos exercidos em acumulação;
- Respeitam as normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos;
- Respeitam as normas relativas à comunicação de participações e interesses patrimoniais à Inspeção-Geral de Finanças.

Além disso, obedece às regras relativas à declaração de interesses, bem como ao regime de incompatibilidades e impedimentos definido no "Estatuto do Gestor Público" (Decreto-Lei nº 71/2007).

1.6. Remuneração dos órgãos sociais

Em 2011:

- Os membros da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho de Administração não eram remunerados, nem a sociedade lhes atribuiu qualquer regalia;
- A remuneração da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas / Auditor foi de 50.000 euros.

1.7. Divulgação de Informação

1.7.1. Divulgação de Informação Relevante

A sociedade é emitente de obrigações admitidas à negociação em mercado regulamentado – na Euronext Lisbon - e, por conseguinte, nomeou um representante para as relações com o mercado e divulga toda a informação imposta por lei.

1.7.2. Divulgação de Informação sobre o Governo da Sociedade

O presente Relatório sobre o Governo da Sociedade, que constitui um capítulo autónomo do Relatório e Contas de 2011 da sociedade, visa cumprir a recomendação constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março de incluir no Relatório de Gestão um ponto relativo ao governo da sociedade.

1.8. Transacções relevantes com entidades relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, são consideradas entidades relacionadas da Sociedade, a Direcção Geral do Tesouro e Finanças, as outras entidades pertencentes ao Estado Português, o Banco Português de Negócios, S.A., as entidades pertencentes ao Grupo BPN e os órgãos de gestão da Sociedade.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as demonstrações financeiras individuais da Sociedade incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas:

	2011	
	Direcção Geral do Tesouro e Finanças	BPN
Activo:		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	1	986
Passivo:		
Empréstimos bancários (Nota 13)	- 497.374	68.329
Empréstimos obrigacionistas (Nota 14)	- 728.061	-
Outros passivos (Nota 15)	1.456	-
Rendimentos:		
Proveitos e ganhos financeiros	-	3
Gastos:		
Custos e perdas financeiros (Nota 21)	1.456	224
Outros gastos	-	47
	<u>2.912</u>	<u>1.292.832</u>
		<u>69.589</u>

	2010	
	CGD	BPN
Activo:		
Contas a receber de accionistas e sócios (Nota 6)	-	958
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	-	651
Passivo:		
Empréstimos bancários (Nota 13)	496.828	8.580
Empréstimos obrigacionistas (Nota 14)	728.108	-
Rendimentos:		
Proveitos e ganhos financeiros	-	4
Gastos:		
Custos e perdas financeiros (Nota 21)	469	-
	<u>1.225.405</u>	<u>10.193</u>

1.8.1. Análise da Sustentabilidade da Sociedade

Dada a missão e objectivos estratégicos da sociedade subjacentes à sua constituição, delineados pelo seu accionista único indirecto (o Estado Português), a sustentabilidade da sociedade funda-se, por ora, na gestão e alienação, quando adequado, dos activos adquiridos ao Grupo BPN, perspectivando-se, contudo, necessidade de outros fundos para pagar os encargos financeiros da sociedade.

